

**EDITAL**

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº</b>	<b>002/2026 - Esmarn</b> (ID 90002/2026) LC 36/2026
<b>PROCESSO SIGAJUS Nº</b>	04301.000889/2025-89 - Esmarn
<b>DATA DE ABERTURA</b>	02/07/2026, ÀS 10 HORAS (art. 55, I, "a", Lei nº 14.133/2021)
<b>LOCAL</b>	<a href="http://www.gov.br">www.gov.br</a> Comprasnet UASG nº 926286
<b>OBJETO</b>	Aquisição de materiais e equipamentos de áudio, vídeo e multimídia, destinados à modernização dos espaços de ensino e administrativos da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (Esmarn), em conformidade com as especificações, unidades e quantidades constantes no respectivo Termo de Referência.
<b>FUNDAMENTAÇÃO</b>	Lei nº 14.133/2021; Instrução Normativa nº 73/2022; Lei Complementar nº 123/2006; Lei nº 12.846/2013; Decreto nº 11.129/2022 e Lei nº 13.709/2018 e demais normas correlatas que tratam da matéria.
<b>TIPO DE LICITAÇÃO/CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	Menor valor por item
<b>VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO DA LICITAÇÃO</b>	R\$ 401.798,21
<b>LICITAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA OS ITENS CUJO VALOR SEJA ATÉ R\$ 80.000,00 – LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DEMAIS ALTERAÇÕES</b>	Sim
<b>COTA RESERVADA</b>	Não
<b>REGISTRO DE PREÇOS</b>	Não
<b>VISTORIA</b>	Não
<b>PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÕES</b>	Até 26/06/2026, para o e-mail: <a href="mailto:pregaoesmarn@esmarn.tjrn.jus.br">pregaoesmarn@esmarn.tjrn.jus.br</a>
<b>PRAZO PARA ENVIO DE PROPOSTA/DOCUMENTOS SOLICITADOS</b>	Até 2 horas após a convocação (art. 29, § 2º da IN 73/2022), admitida prorrogação.
<b>MODO DE DISPUTA</b>	ABERTO COM LANCE MÍNIMO DE R\$ 5,00 (art. 57 da Lei nº 14.133/2021)

## ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026**Processo Sigajus nº 04301.000889/2025-89- Esmarn  
(art. 6º, XLI c/c art. 28, I da Lei nº 14.133/2021)**EDITAL<sup>1</sup>**

A **Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (Esmarn)**, através do(a) **Agente de Contratação/Pregoeiro(a)**, regularmente designado(a) pela Portaria nº 48/2026, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), edição de 28 de maio de 2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que objetivando a aquisição de materiais e equipamentos de áudio, vídeo e multimídia, destinados à modernização dos espaços de ensino e administrativos da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (Esmarn), fará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **Menor Valor por Item**, a qual será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Instrução Normativa Seges/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022 e Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e demais normas correlatas que tratem da matéria, nos termos da autorização constante no Processo Sigajus nº 04301.000889/2025-89 e das disposições legais aplicáveis e previstas no presente **Edital**.

**1.0 - DO OBJETO E DAS DATAS DO PREGÃO**

**1.1.** A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais e equipamentos de áudio, vídeo e multimídia, destinados à modernização dos espaços de ensino e administrativos da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (Esmarn), os quais serão disponibilizados na sede da Escola, na forma definida no Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III, que integra este instrumento, como se transcrito estivesse.

**1.2.** Os quantitativos, unidades e especificações dos serviços estão contidos no **Anexo I** (Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III), deste **Edital**.

**1.3.** Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no Comprasnet e as constantes deste **Edital**, prevalecerão estas últimas, uma vez que, para efeito de cotação dos preços e formulação da proposta, deverão ser consideradas as informações constantes do Anexo I (Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III), deste **Edital**, que poderá ser obtido na íntegra através dos sítios eletrônicos da Esmarn e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte - TJRN ([www.esmarn.tjrn.jus.br](http://www.esmarn.tjrn.jus.br) e [www.tjrn.jus.br](http://www.tjrn.jus.br)), no link referente a este **Pregão**.

**1.4.** As propostas serão recebidas a partir de **17/06/2026**;

**1.5.** As propostas serão abertas no dia **02/07/2026**, às 10 horas.

**1.6.** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**1.7.** A licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa de lances e demais convocações do(a) servidor(a) responsável pela condução do certame, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a) formalmente designado(a).

**1.8.** Integram este Edital, como se transcritos em seu próprio corpo, os seguintes anexos:

**ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA Nº 889/2025 – Versão III;

**ANEXO II** – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 889/2025;

**ANEXO III** – VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS;

**ANEXO IV** – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

**ANEXO V** – MINUTA DE CONTRATO;

**ANEXO VI** - MODELO DE DECLARAÇÃO ANTINEPOSTISMO;

**ANEXO VII** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI FEDERAL Nº 12.846/2013; e

**ANEXO VIII** – MODELO DE DECLARAÇÃO LGPD.

**2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**2.1.** O Pregão Eletrônico será realizado em Sessão Pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela *internet*, utilizando, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

<sup>1</sup> Edital elaborado a partir do modelo disponibilizado pela AGU – art. 19, IV, da Lei nº 14.133/2021, acrescido das adequações decorrentes das condições operacionais da Esmarn – Modelo padrão para contratação de serviços de qualquer natureza que se enquadrem como bem comum, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE***Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por Agente de Contratação/Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a modalidade “Pregão” constante da página eletrônica [www.gov.br](http://www.gov.br).

2.3. O Edital e seus anexos serão disponibilizados, gratuitamente, através dos sítios eletrônicos da Esmarn e do TJRN ([www.esmarn.tjrn.jus.br](http://www.esmarn.tjrn.jus.br) e [www.tjrn.jus.br](http://www.tjrn.jus.br)) e do Comprasnet ([www.gov.br](http://www.gov.br)).

2.3.1. O Edital e seus anexos serão disponibilizados, gratuitamente, na íntegra, através dos sítios oficiais da Esmarn e do TJRN (faculdade), e por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), devendo ocorrer a publicação de extrato do edital no DJe e em jornal diário de grande circulação.

2.4. O particular interessado em participar da presente licitação SE OBRIGA a:

a) Responsabilizar-se pela proposta, declarações, documentos e demais informações cadastradas ou anexadas ao Sistema Comprasnet, bem como pelos registros realizados no *chat* durante o processamento e julgamento do certame;

b) Firmar as declarações eletrônicas exigidas no cadastro da proposta no Sistema Comprasnet, sem qualquer falseamento da verdade;

c) Remeter, no prazo estabelecido, via sistema, os documentos de habilitação, a proposta comercial e, quando necessário, os documentos complementares solicitados neste Edital e em seus anexos;

**Obs.:** No caso de instabilidade ou para atender diligências, os documentos complementares poderão ser enviados via *e-mail*, os quais deverão ser disponibilizados no sítio eletrônico da Esmarn e certificados via *chat* no Sistema Comprasnet pelo(a) Pregoeiro(a);

d) Manter-se logado (*online*) ao Comprasnet, acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica, atendendo tempestivamente aos chamados do Pregoeiro(a), via *chat*;

e) Manter-se em situação regular em relação às condições de participação e de habilitação até a data da assinatura do contrato, caso seja vencedor;

f) Não indicar, para fins de garantia do anonimato da fase competitiva, qualquer tipo de caractere especial identificador da empresa no cadastro da proposta eletrônica no Comprasnet; e

g) Não praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública (art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013).

**3.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1. As despesas decorrentes deste certame correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral do Estado do Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

**CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Unidade administrativa: 04.301 – Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte;

Ação: 408301 – Operação e manutenção da Escola da Magistratura do PJRN;

Naturezas: 3.3.90.30-Material de consumo e 4.4.90.52-Equipamentos e materiais permanentes;

Fonte: 07600000 – Recursos de emolumentos, taxas e custas; Região: 000-1º e 2º graus; R\$ 401.798,21.

3.2. Para fins de emissão do(s) empenho(s), a futura contratada deverá manter as condições da habilitação, cuja confirmação será feita por meio de consulta ao Sicafe, ou através da *internet*, nos respectivos sítios eletrônicos dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

3.3. As despesas decorrentes da execução do objeto contratado, com fatos geradores eventualmente em exercícios fiscais futuros, serão empenhadas em épocas próprias e a conta dos respectivos orçamentos, os quais poderão ser registrados por meio de simples apostila, a teor da disposição inserta no Art. 136, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.0 - DA IMPUGNAÇÃO, CONSULTAS E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO.**

4.1. Qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar **esclarecimentos** referentes ao presente certame até **três (3) dias úteis** anteriores a data fixada para a abertura da **Sessão Pública**, cabendo ao(a) **Agente de Contratação/Pregoeiro(a)** decidir, auxiliado(a) pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos, no prazo de até **três (3) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.2. Acolhido os requerimentos de que tratam o subitem anterior e existindo qualquer modificação no **Edital** que, inquestionavelmente, altere a formulação das propostas, será reaberto o prazo inicialmente estabelecido, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 55 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. Decairá do direito de **impugnar** os termos deste **Edital** a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no citado instrumento convocatório no prazo estabelecido no

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE***Desembargador Manoel de Araújo Silva***Seção de Licitação, Contratos e Convênios**

subitem 4.1, hipótese em que a comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso.

**4.4.** Não serão conhecidas as **impugnações** interpostas e apreciados os esclarecimentos, quando vencidos os respectivos prazos legais, salvo condição determinante para invalidação do certame.

**4.5.** Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações deverão ser enviados, exclusivamente, por meio do e-mail: [pregaoesmarn@esmarn.tjrj.us.br](mailto:pregaoesmarn@esmarn.tjrj.us.br), e as respectivas respostas serão disponibilizadas através dos sítios eletrônicos da Esmarn e do TJRN, no campo "**Licitações em andamento**", no *link* correspondente a este **Edital**, ficando as empresas interessadas em participar desta licitação **obrigadas** a acessar, **todos os dias**, a referida página por meio do *link* [http://ww4.tjrj.us.br/S\\_Administrativo/licitacaoEsmarn/licitacaoEmAndamento.asp](http://ww4.tjrj.us.br/S_Administrativo/licitacaoEsmarn/licitacaoEmAndamento.asp) e o site [www.gov.br](http://www.gov.br).

**4.5.1.** Recomenda-se, para maior segurança, entrar em contato com a Seção de Licitação, Contratos e Convênios (Selc), pelo telefone (84) 3673-9260, para atestar o recebimento do pedido.

**4.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**4.6.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

**4.7.** A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente **impugnado** o presente **Edital**, implicará em plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

**4.8.** Informações e esclarecimentos aos licitantes, notadamente relacionados às **especificações do objeto**, deste **Edital**, serão dados pelos membros da equipe encarregada do planejamento da contratação, no horário das 08:00 às 15:00 horas, pelo telefone (84) 3673-9269.

**5. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO**

**5.1. PODERÁ PARTICIPAR** desta licitação **qualquer pessoa jurídica**, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente **Certame** (ver subitem 1.1) e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus anexos.

**5.1.1.** A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, para fazer jus aos benefícios previstos nesse diploma legal.

**5.1.2.** A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar que, no ano-calendário de realização deste Pregão, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4, §2º da Lei nº 14.133, de 2021).

**5.1.3.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

**5.2.** A licitante deverá estar previamente credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br](http://www.gov.br)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

**Obs.:** A Esmarn não é órgão responsável por realizar o cadastro dos interessados no Sicaf/Comprasnet, restando o particular responsável por tal credenciamento.

**5.3. O CREDENCIAMENTO NO SISTEMA "PREGÃO ELETRÔNICO"** dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas através Sistema de Compras do Governo Federal, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no sítio [www.gov.br](http://www.gov.br).

**5.4.** A licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem pleno conhecimento das exigências previstas no **Edital** e **declarar que:**

**I** – Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital (art. 18 §2º da IN 73, de 2022);

**II** - Não emprega menores **de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menores de dezesseis anos, salvo** na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme disposto no Inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

**III** - Não está inidônea, nem se encontra impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem assim, de que tem ciência da obrigatoriedade de informar à Esmarn a superveniência de qualquer fato que passe a caracterizar qualquer um desses impedimentos;

**IV** – Não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

---

**V** – Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitação da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atendendo às regras de acessibilidade previstas na legislação; e

**VI** – Cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

**Obs.:** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste **Edital e seus anexos** (art. 18, §2º da IN 73, de 2022).

**5.5.** Caberá a licitante responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Esmarn por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.6.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

**5.7.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados

**5.8.** As **licitantes** devem ter ciência, **desde já**, que os preços consignados em suas **propostas** serão, para todos os efeitos legais, de sua exclusiva responsabilidade, não lhes assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou outros pretextos, e que, **em nenhuma hipótese, OS PREÇOS FINAIS** ofertados para os itens licitados através deste Certame poderão ultrapassar aqueles fixado pela Administração (valor máximo estimado).

**5.9.** É vedada a participação, neste certame:

**I** – De empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela eventual elaboração do estudo técnico preliminar, projeto básico, projeto executivo ou termo de referência, ou empresa da qual o autor da respectiva peça seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**II** - De empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

**III** - De pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da realização da licitação, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, ou seja, esteja impedida de licitar e contratar com o Estado do Rio Grande do Norte, suspensa de licitar e contratar com o TJRN e a Esmarn ou declarada inidônea por órgão da Administração Pública, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 156, inc. III, e § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**III.1.** O impedimento de que trata o inciso III deste subitem, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

**IV** – De empresa que tenha elaborado, participado ou contribuído com a elaboração de estudos e projetos técnicos, especificações, projeto básico ou executivo ou de termo de referência para a realização da presente licitação, nos termos fixados no art. 14, inc. I, da Lei nº 14.133, de 2021.

**V** – De empresa estrangeira que não funcione no País;

**VI** – De agente público da contratante e estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado, funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

**VII** - Empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992;

**VIII** - Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum e que não prejudicou o andamento do certame;

**IX** – Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**X** - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014 – TCU/Plenário);

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE**

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

**XI** - Empresário que, nos cinco (5) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; e

**XII** – Pessoas Jurídicas reunidas em consórcio.

**Obs.:** A simples participação de sócio com mais de dez por cento (10%) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006 impede a obtenção do tratamento diferenciado dado a pequenas empresas (art. 3º, § 4º, inciso IV).

**5.10.** Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico e sítio eletrônico da Esamrn durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, bem como acompanhar todos os atos pertinentes ao Pregão até o momento da homologação do certame.

## **6. DA CONDUÇÃO DO CERTAME**

**6.1.** O certame será conduzido por Agente de Contratação/Pregoeiro(a), regularmente designado(a) pela Portaria nº 48/2026 - Esmarn, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), edição de 28 de maio de 2026, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

**I** - Conduzir a sessão pública;

**II** - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao Edital e seus anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

**III** - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Edital e seus anexos;

**IV** - Coordenar a sessão pública e o envio de lances e negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

**V** - Verificar e julgar as condições de habilitação;

**VI** - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

**VII** - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

**VIII** - Indicar o vencedor do certame;

**IX** - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

**X** - Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua adjudicação e homologação.

**6.2.** O(a) Agente de Contratação será auxiliado, na fase externa, por equipe de apoio, e responderá individualmente pelos atos que praticar, exceto quando induzido a erro pela atuação da equipe.

## **7. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** (art. 18, da IN 73/2022)

**7.1.** À luz do disposto no Art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021, e considerando a regulamentação contida no Art.18, da IN nº 73, de 2022, a licitante DEVERÁ, OBRIGATÓRIA E PREVIAMENTE, registrar sua proposta de preços no Comprasnet, até a data e horário marcados para abertura da sessão.

**7.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta cadastrada no sistema.

**7.5.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.6.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**7.7.** A licitante deverá, na forma expressa no sistema eletrônico, consignar os valores unitário e total e a descrição dos produtos ofertados para cada item, conforme estabelecido no Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III (Anexo I do edital), o qual deseja enviar proposta incluindo todos os impostos, taxas, fretes, embalagens, seguro e demais encargos incidentes.

**7.7.1.** Na proposta de preços deverão ser consideradas apenas 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

## ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

**Obs.:** Tendo em vista que é sigilosa a proposta, desde o seu cadastramento até o momento em que se encerrarem os lances, é vedado as licitantes - sob pena de **desclassificação** - inserir no campo “**descrição complementar**” qualquer informação que **identifique a empresa** que está cotando os preços, mormente pelo fato de que a identificação da empresa concorrente se dará exclusivamente no campo próprio quando do cadastramento da licitante. Igualmente, não será admitida na proposta a inclusão de condições alternativas ao objeto ou contrárias às normas constantes do **Edital** e seus anexos.

**7.8.** O registro de proposta comercial eletrônica vinculada ao presente certame implica, independente de expressa declaração, na(o):

- a) Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- b) Garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;
- c) Compromisso do licitante para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III (Anexo I);
- d) Impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
- e) Submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus anexos; e
- f) Obrigação de participar ativamente do certame (*online*) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos pedidos pelo(a) Pregoeiro(a).

**7.9.** Somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado de cada item.

**7.10.** Nenhuma proposta comercial ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(à) Pregoeiro(a) por *e-mail* ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição, a qual será excluída para o certame.

**7.11.** Nos valores propostos dever estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**7.12.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou quaisquer outros pretextos.

**7.13.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

**7.14.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.15.** Quando do cadastramento da proposta, na forma estabelecida no subitem 7.1, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto final máximo e obedecerá às seguintes regras:

- I - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- II - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o inciso I.

**7.16.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

- I - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- II - Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**7.17.** O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 7.15., possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a contratante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**17.8.** A fase de lances ocorrerá tendo como parâmetro o valor por item, observados os valores máximos estimados para cada um, conforme detalhado no Anexo III.

## 8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FORMULAÇÃO DOS LANCES

**8.1.** A partir do horário previsto no edital de licitação, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE**

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

---

**8.2.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento e em relação à proposta mais bem classificada.

**8.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) e os licitantes, vedada outra forma de comunicação, nessa fase.

**8.4.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas deverão estar conectadas ao sistema para participar da Sessão de Disputa, e poderão encaminhar lances para o preço total do item, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, ficando estabelecido que:

**I** - A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

**II** - A licitante poderá oferecer lances sucessivos ou intermediários, observados o horário fixado e as regras de aceitação destes;

**III** - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**IV** - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro; e

**V** - Durante o transcurso da Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado para cada item, vedada a identificação da licitante.

**8.5.** O modo de disputa adotado para este pregão será do tipo ABERTO, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações até se obter o menor preço.

**8.6.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 5,00 (cinco reais).

**8.7.** A etapa de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da etapa.

**8.8.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.9.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a etapa de lances encerrar-se-á automaticamente.

**8.10.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) ou a comissão de contratação, quando o(a) substituir, auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**8.11.** Após o reinício previsto no subitem 8.10, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**8.12.** Encerrada a etapa de que trata o subitem 8.11, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 8.9.

**8.13.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

**8.13.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

**8.13.2.** Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**8.13.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

**8.13.4.** A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos arts 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006; e

**8.13.5.** Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.13., deste Edital, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

**8.14.** Após o encerramento da etapa de lances, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** diretamente à licitante que tenha apresentado o lance



## ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

### Seção de Licitação, Contratos e Convênios

de menor valor para cada item, para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não sendo admitida negociação em condições diferentes daquelas prevista neste Edital.

**8.15.** O(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a), se for o caso, solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

**8.16.** A prorrogação de que trata o subitem 8.14 poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) ou pela comissão de contratação, quando o(a) substituir; ou

II - De ofício, a critério do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) ou da comissão de contratação, quando o(a) substituir, sempre que constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital.

## 9. DA DESCONEXÃO E DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

**9.1.** Havendo **desconexão** com o(a) **Agente de Contratação/Pregoeiro(a)** no decorrer da etapa competitiva do **Pregão**, o sistema eletrônico **poderá** permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) **Agente de Contratação/Pregoeiro(a)**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.2.** Se a **desconexão** referida no **subitem anterior** persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a Sessão do **Pregão** será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes;

**9.3.** Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a **Sessão Pública** do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**9.4.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei nº 14.133, de 2021;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, observadas as disposições do Decreto nº 11.430, de 2023; e

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**9.5.** Se o empate persistir será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - Empresas brasileiras;

III - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e

IV - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da lei que Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC.

**9.6.** As regras de desempate não prejudicarão as preferências estabelecidas pela Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações posteriores.

## 10. DO JULGAMENTO (ACEITABILIDADE DA MELHOR PROPOSTA)

**10.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**10.2.** Na análise da proposta de preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, cujo objeto será adjudicado pelo **menor preço por item**.

**10.3.** Além dos casos previstos no art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, serão **desclassificadas** as propostas que:

I - Forem elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e de seus anexos, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis;

II - Se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, mormente no que tange aos aspectos tributários;

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE**

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

**III** - Consignarem preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou cotação de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

**IV** - Apresentem valor unitário ou global superior ao estimado pela contratante (Acórdão nº 1455/2018 – TCU/Plenário) ou com preços manifestamente inexequíveis;

**V** - Ofertarem produtos com características que não atendam às especificações técnicas indicadas no Anexo I (Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III), deste Edital;

**VI** - Contiverem preços condicionados a prazos, vantagens de qualquer natureza ou descontos não previstos neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido; e

**VII** - Forem omissas, vagas, apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, bem como as que apresentarem preços ou vantagens baseadas nas ofertas de outras licitantes.

**VIII** - Não tiver sido corrigida ou justificadas eventuais falhas apontadas pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a).

**10.3.1.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

**a)** Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

**b)** Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;

**c)** Levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;

**d)** Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

**e)** Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

**f)** Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

**g)** Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

**h)** Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;

**i)** Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

**j)** Estudos setoriais;

**k)** Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

**l)** Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços; e

**m)** Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**Obs.:** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

**Obs.:** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a cinquenta por cento (50%) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 34 da IN nº 73/2022.

**10.4.** Se a proposta não for aceitável, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) examinará a proposta e o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda às exigências editalícias.

## **11. DA HABILITAÇÃO**

*(\*) Para fins de viabilizar a juntada dos documentos no sistema interno de processos administrativos da Esmarn (Sigajus), recomenda-se que a empresa verifique a possibilidade de anexar os arquivos em um único pdf, no tamanho máximo de 50MB, facultando sua divisão para observância deste limite, sugerindo-se que a denominação dos arquivos seja de fácil identificação.*

**11.1.** Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, a seguir delineados.

**11.2.** Encerrada a aceitabilidade da proposta, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) verificará a regularidade fiscal e de habilitação das licitantes por meio de consulta **“online”** no **Sistema de Cadastro**

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

---

**Unificado de Fornecedores (Sicaf)**, nos documentos por ele abrangidos, obedecendo o regramento previsto no art. 39, §§ 2º e 8º da IN nº 73, de 2022.

**11.3.** É dever do licitante, atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**11.4.** Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**:

I – Dados para formalização do contrato, se não constar no Sicaf ou proposta:

a) Razão social, CNPJ/MF, endereço completo, CEP, e-mail e telefone da licitante, bem como, conta corrente, nome e número da agência bancária pela qual ocorrerá o crédito dos pagamentos a serem efetuados pela Esmarn, na hipótese de sagrar-se vencedora desta licitação; e

b) Nome, número do CPF do representante legal da licitante que ficará encarregado da assinatura dos contratos decorrentes deste certame.

**Obs.:** A falta de indicação dos dados descritos no inciso I deste subitem não constituem motivos de desclassificação imediata, podendo ser supridos durante a fase de aceitação das propostas, após solicitação do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a).

**II – Habilitação Jurídica:**

a) Ato constitutivo da empresa e aditivo mais recente, para fins de comprovação de sua atividade social e dos seus responsáveis. Esta condição poderá ser suprida pela consulta ao Sicaf - Credenciamento, se nele constarem todas as informações necessárias.

**III - Qualificação Econômico-Financeira:**

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo(s) distribuidor(es) judicial(ais) da sede da licitante, relativa aos últimos **5 (cinco) anos**, dentro dos **60 (sessenta) dias** anteriores à data fixada para a realização do **Certame**, caso não possua validade distinta, expressa na própria certidão.

**Obs.:** Em havendo diferença, prevalecerá o prazo de consulta definido pelo órgão que expedir a certidão solicitada na alínea anterior.

**Obs.:** Admitir-se-á a participação de empresa em processo de recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

**V – Declarações adicionais**

a) Apresentar declaração de que não possui no quadro societário, nem contrata empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros e juízes, ou de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento na Esmarn (Anexo VI);

b) Apresentar declaração de que a empresa conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846, de 2013, conforme modelo (Anexo VII); e

c) Apresentar declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD/Lei nº 13.709, de 2018 (Anexo VIII).

**Obs.:** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, consoante exigência do art. 18, § 2º e § 3º da IN nº 73, de 2022.

**11.5 – A Comprovação da boa situação financeira da licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que um (1), atestada por profissional habilitado da área contábil, que indique o atendimento, pelo licitante, dos referidos índices. (§1º, art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).**

**11.5.1.** As fórmulas dos índices contábeis deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculo juntado ao balanço. Caso o memorial não seja apresentado, a Seção de Orçamento e Finanças (Seof/Esmarn) efetuará os cálculos.

**Obs.:** A empresa licitante que apresentar resultado **igual ou menor que um (1)**, em quaisquer dos índices referidos acima, deverá comprovar o patrimônio



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

líquido igual ou superior a dez por cento (10%) do montante da sua Proposta Definitiva de Preços (valor da contratação), de acordo com o §4º, do artigo 69, da Lei nº 14.133, de 2021, através do **Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis** dos dois últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados **na forma da lei**.

**11.5.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão apresentar toda documentação de habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, assim como, aquelas constituídas a menos de 2 (dois) anos, limitar-se-ão a apresentar o balanço do último exercício financeiro, para fins de atendimento da observação do subitem 11.5.1.

**11.6.** Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem quaisquer dos documentos listados nos subitens 11.4. e 11.5., e suas alíneas e observações, apresentarem documentos com data de validade vencida ou com rasuras ou entrelinhas que ponham em dúvida a veracidade dos dados. Nesse caso, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) poderá, motivadamente, solicitar diligências para sanar dúvidas que não prejudiquem os princípios da licitação, observadas as disposições do item 12 deste edital.

**11.7.** Caso algum documento de habilitação tenha sido emitido pela *internet*, terá sua autenticidade condicionada à verificação no respectivo sítio eletrônico, devendo, ainda, ser observado o seguinte:

**I** – Todos os **documentos apresentados para habilitação** deverão estar em nome da empresa que irá participar do presente **Certame** contendo o mesmo CNPJ/MF e endereço respectivo, ressalvada a exceção prevista no inciso **II** deste subitem;

**II** – Se a licitante **for a matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou, se **for a filial**, todos os documentos deverão estar obrigatoriamente em nome desta, exceto aqueles que pela própria natureza, **comprovadamente**, forem emitidos somente em nome da matriz. A referida comprovação, que é obrigatória, é de exclusiva responsabilidade da licitante; e

**III** – Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**Obs.:** Se, todavia, os documentos apresentados em língua estrangeira puderam ser aferidos sem a referida tradução, serão considerados como aceitos, caso contrário, caberá o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) proceder com a diligência para solicitar a devida tradução.

**11.8.** Se a licitante desatender às exigências previstas neste item, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) examinará a oferta na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

**11.9.** Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, ou pela autoridade superior, na hipótese de existência de recursos administrativos.

**11.10.** A decisão do(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) tornar-se-á definitiva após a devida homologação pela autoridade superior da Esmarn.

**11.11.** Da **Sessão Pública** do presente **Pregão**, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que será publicada na íntegra no sítio eletrônico oficial da Esmarn ([www.esmarn.tjrn.jus.br](http://www.esmarn.tjrn.jus.br)) e no [www.gov.br](http://www.gov.br), e suma no Diário da Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, versão eletrônica.

**11.12.** Realizada a habilitação parcial no Sicaf, será verificado eventual descumprimento das vedações para a participação na licitação, mediante consulta ao:

**I** - Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta;

**II** - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**III** - Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

**11.13.** A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, com base no art. 4º do Decreto Federal nº 8.538, de 2016.

**11.14.** A contratada deverá manter seus empregados, por ocasião da prestação dos serviços, sujeitos às normas disciplinares do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), e cumprimento obrigatório do Código de Ética e Conduta dos Servidores e Colaboradores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, este último instituído pela Resolução nº 42, de 1º de novembro de 2023, disponível



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE***Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

para consultas através do link:  
<https://atos.tjrn.jus.br/atos?tipoAto%5B%5D=3&situacao=&tema=&ano=2023&numero=42&argumento.>

**12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

**12.1.** O(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) poderá, na fase de julgamento ou da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de julgamento e habilitação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

**12.2.** O(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) poderá, ainda, promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo de **até duas (2) horas, contado do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado, bem como, poderá** solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Esmarn, do TJRN ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a eles, para orientar sua decisão.

**ATENÇÃO:** A partir de entendimento firmado pelo TCU, no Acórdão nº 2.443/2021 – Plenário, a vedação no art. 64 da Lei 14.133, de 2021 não alcança documentos destinados a atestar condições de habilitação preexistentes à abertura da sessão pública que não foram anexados ao Comprasnet no momento oportuno, de forma que **PODERÁ** o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) diligenciar para permitir tal **COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS**.

**12.2.1.** No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível do certame, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) poderá:

a) Solicitar complementação de informações, documentos e ajustes na proposta escrita para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;

b) Solicitar ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custos e formação de preços para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;

c) Sanar erros ou falhas que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação; e

d) Realizar diligências em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via *chat*, na ata dos trabalhos.

**12.2.2.** A fim de conferir maior celeridade ao certame, a diligência poderá ser realizada pela área técnica por meio de *e-mail* a ser indicado, desde que sejam disponibilizados os documentos no sítio eletrônico da Esmarn e cientificados na ata por meio do *chat* na retomada da sessão, antes de proferido o julgamento das propostas e habilitação dos documentos.

**12.3.** Caso exista algum problema no envio do anexo, tal fato deverá ser comunicado via *e-mail* [pregaoesmarn@esmarn.tjrn.jus.br](mailto:pregaoesmarn@esmarn.tjrn.jus.br) ao(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a), dentro do prazo de convocação, que orientará o procedimento a ser adotado.

**12.4.** Caso seja necessário, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) poderá solicitar o envio de documentos (catálogos e/ou folders) através da convocação de anexo, campo próprio do sistema, devendo a licitante estar, no dia e hora marcados para abertura do certame, de posse de tais documentos. Havendo, se for o caso, divergência entre as especificações contidas na proposta e os catálogos e/ou folders anexos, prevalecerão às informações contidas nestes últimos.

**12.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**13.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**13.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) abrirá prazo de, no mínimo, 30 (trinta)

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE***Desembargador Manoel de Araújo Silva***Seção de Licitação, Contratos e Convênios**

minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**13.4.** Com o transcurso do prazo determinado no subitem anterior, o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

**13.5.** A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões de recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, no mesmo prazo, a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**Obs.:** Caso a licitante deixe de enviar as razões de recurso, no prazo estabelecido acima, o sistema não validará o referido recurso, podendo o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a), encaminhar o procedimento para adjudicação e homologação pela autoridade superior.

**13.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de três 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**13.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de três 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.10.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.11.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

**13.12.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, os quais poderão solicitar cópia digital através do e-mail [pregaoesmarn@esmarn.tjrj.us.br](mailto:pregaoesmarn@esmarn.tjrj.us.br).

**14. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**14.1.** O termo de contrato decorrente desta licitação, quando autorizada sua celebração a exclusivo critério da Direção da Esmarn, bem assim, os casos nele omissos, regular-se pelas cláusulas e preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios de Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma dos artigos 89 e s.s da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.2.** Depois de homologado o resultado do presente certame, a Esmarn poderá convocar o beneficiado para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, assinar o respectivo termo contrato, sob pena de decair do direito à contratação, asseguradas as penalidades cabíveis.

**14.3.** Por ocasião da assinatura do termo de contrato, verificar-se-á por meio do Sicafe e de outras formas, se o beneficiado mantém as condições de habilitação.

**14.4.** Quando o convocado não assinar o termo contrato no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocado outro licitante para firmar contrato com a Esmarn, após negociações e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, atendendo-se à forma prevista no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

**14.5.** Nos termos do Art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, não será exigida a prestação de garantia contratual.

**14.6.** O termo de contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura e poderá.

**14.7.** A exclusivo critério da Direção da Esmarn, e observado o disposto no Art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser substituído por nota de empenho.

**15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** As sanções administrativas cabíveis nos casos de condutas contrárias às regras fixadas neste Edital são aquelas previstas no item 8, subitem 8.5., do Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III (Anexo I).

**16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**16.1.** As despesas decorrentes da execução do objeto deste Edital serão quitadas na forma definida no item 9, do Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III (Anexo I).

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE**

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

**17. DA FISCALIZAÇÃO**

**17.1.** Na forma do Art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021 e item 8, subitem 8.4., do Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III (Anexo I), a contratante designará fiscais, titulares e substitutos, para:

- a) Junto à contratada e à Administração, garantir a melhor execução do contrato, inclusive quanto ao recebimento e conferência do seu objeto;
- b) Consolidar as informações necessárias à realização dos pagamentos; e
- c) Receber e atestar notas fiscais.

**17.2.** A fiscalização realizada pela contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

**18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1.** Por meio de despacho fundamentado, poderá a autoridade superior:

- a) Adjudicar e homologar o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;
- b) Anular o certame, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou
- c) Revogar o certame, total ou parcialmente, por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.

**18.1.1.** Não havendo homologação do certame após decorridos 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s)

**18.2.** Nos termos do art. 54, § 3º da Lei nº 14.133, de 2021, após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se a Administração entender cabível, também no sítio eletrônico da Esmarn, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o Edital e seus anexos.

**18.3.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**18.4.** É facultado ao(à) Agente de Contratação/Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele(a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do presente certame.

**18.5.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

**18.6.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**18.7.** As decisões referentes a este certame poderão ser comunicadas aos proponentes/interessados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário da Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, versão eletrônica (órgão oficial para publicação dos atos da Esmarn).

**18.8.** Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na Esmarn.

**18.9.** Na contagem dos prazos previstos neste instrumento convocatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme o disposto no art. 183, da Lei nº 14.133/2021.

**18.10.** A participação neste certame implica na aceitação plena e irrevogável das normas constante do presente Edital, independente de declaração expressa.

**18.11.** O(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) poderá atender aos interessados, desde que não esteja em sessão de licitação, no horário das 08:00 às 14:30 horas, exceto feriados, na Seção de Licitação, Contratos e Convênios (Selc/Esmarn), para esclarecimentos adicionais.

**18.12.** A documentação apresentada para fins de habilitação da empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente. As demais serão devolvidas quando da conclusão e adjudicação e homologação do certame.

**18.13.** De acordo com a Resolução nº 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em seu art. 3º, ficam as licitantes científicas de que “é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de



## ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

---


*ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante”.*

**18.14.** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) da Esmarn, nos termos da Legislação pertinente.

### 19. DO FORO

**19.1.** O Foro de Natal, Capital do Estado do Rio Grande do Norte, será competente para dirimir questões oriundas do presente Edital, renunciando as partes interessadas a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Natal (RN), 16 de junho de 2026.

Documento assinado digitalmente  
 **DANIELA ALLI FERNANDES EUFLAUZINO**  
Data: 16/06/2026 13:30:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Daniela Alli Fernandes Euflauzino  
Mat nº 197.161-7/Port. 48/2026  
Agente de Contratação/Pregoeiro(a)





**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE**

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

---

Sigajus nº 04301.000889/2025-89 – Esmarn.

Pregão Eletrônico nº 002/2026.

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Nº 889/2025 – Versão III;**

**ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 889/2025.**

**ANEXO III – VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS**

**ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**  
(em papel timbrado da empresa)

**ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANTINEPOSTIMO (PESSOA JURÍDICA)**  
(em papel timbrado da empresa)

**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI Nº 12.846/2013**  
(em papel timbrado da empresa)

**ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA**  
**LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018**

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº - 889/2025**  
**PROCESSO SIGAJUS Nº 04301.000889/2025-89 – VERSÃO III**

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE MULTIMÍDIA DESTINADOS AOS ESPAÇOS DE ENSINO, E APOIO ADMINISTRATIVOS, POR MEIO DE ATUALIZAÇÃO COM NOVOS RECURSOS, COM VISTAS AO APRIMORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO E CONECTIVIDADE INSTITUCIONAL.**

Elaborado por: Denise Ferreira Queiroz de Melo  
Matrícula nº: 204.688-1

Cristina Leandro Azevedo Silva  
Matrícula nº: 151.087-8

Karla Cristiane da S. C. Chaffin Vieira  
Matrícula nº: 197.483-1



ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Referência\_889/2025

## SUMÁRIO

<b>1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. DA JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>4</b>
<b>3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E DOS QUANTITATIVOS.....</b>	<b>6</b>
<b>4.1. Dos equipamentos .....</b>	<b>6</b>
<b>5. DOS REQUISITOS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS DE PREÇOS.....</b>	<b>7</b>
<b>5.1. Dos requisitos e condições de participação.....</b>	<b>7</b>
<b>5.2. Das propostas de preços.....</b>	<b>8</b>
<b>6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES .....</b>	<b>9</b>
<b>6.1. Das obrigações da Contratada.....</b>	<b>9</b>
<b>6.2. Das Obrigações do Contratante .....</b>	<b>12</b>
<b>7. DO MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO .....</b>	<b>13</b>
<b>7.1. Do prazo para entrega dos bens .....</b>	<b>13</b>
<b>7.3. Do recebimento do objeto .....</b>	<b>14</b>
<b>7.4. Do local para entrega e execução dos serviços .....</b>	<b>14</b>
<b>7.5. Da garantia da execução contratual.....</b>	<b>14</b>
<b>7.6. Da garantia do objeto.....</b>	<b>14</b>
<b>8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....</b>	<b>16</b>
<b>9. DO PAGAMENTO.....</b>	<b>19</b>
<b>10.DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR .....</b>	<b>22</b>
<b>11.DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....</b>	<b>23</b>
<b>12.DO FORO .....</b>	<b>23</b>
<b>13.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES .....</b>	<b>23</b>
<b>14.ANEXOS – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS .....</b>	<b>23</b>
<b>14.1. Observações gerais .....</b>	<b>23</b>
<b>14.2. Projetor de multimídia.....</b>	<b>24</b>
<b>14.3. Suporte universal para projetor multimídia.....</b>	<b>25</b>
<b>14.4. Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 3,5 m         (diagonal ≈158”) .....</b>	<b>26</b>
<b>14.5. Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 2,5 m         (diagonal ≈120”) .....</b>	<b>28</b>
<b>14.6. Lousa/tela interativa com no mínimo 98” .....</b>	<b>30</b>
<b>14.7. Lousa interativa com no mínimo 75”.....</b>	<b>32</b>





ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Referência\_889/2025

14.8. Suporte fixo de parede para lousa interativa de 98” .....	34
14.9. Suporte móvel de chão/rodízio para lousa interativa de 75” .....	35
14.10. Mixer-amplificado com potência de saída equivalente a 400 W RM .....	36
14.11. Caixa de som passiva de 50 W RMS .....	38
14.12. Suporte de parede para caixas de som .....	39
14.13. Kit microfone de lapela cardioide.....	40
14.14. Kit de microfone auricular (headset) cardioide .....	43
14.15. Equipamento de vídeo conferência.....	45
14.16. Cabo HDM. Cada cabo com no mínimo 10 metros.....	47
14.17. Cabo HDMI. Cada cabo com no mínimo 15 metros .....	48
14.18. Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 3,00 metros de comprimento.....	48
14.19. Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 4,00 metros de comprimento.....	49
14.20. Cabo paralelo de áudio blindado 2 x 1 mm, rolo com 100 metros.....	49
14.21. Conector P10 macho .....	50



ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Referência\_889/2025

## 1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

*(alínea “a” do inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021)*

**1.1. Aquisição de equipamentos de multimídia** destinados aos espaços de ensino e apoio administrativos da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN.

### 1.2. Da caracterização do objeto como serviço comum

Nos termos do inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o serviço pretendido é de natureza comum, visto que padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

## 2. DA JUSTIFICATIVA

*(Inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021)*

2.1. A Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN, nos termos do art. 2º da Resolução nº 67/2017 – TJRN, tem por finalidade promover a formação inicial e continuada de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN), bem como o incentivo à pesquisa, a reflexão e ao debate jurídico, contribuindo para o aprimoramento da Ciência do Direito e da prestação jurisdicional.

2.2. Para o cumprimento de suas atribuições institucionais, a ESMARN dispõe de estrutura física composta por salas de aula, laboratórios de informática, auditório, miniauditórios e áreas de convivência, espaços que são utilizados para a realização de cursos, seminários, treinamentos, simpósios, palestras e eventos acadêmicos voltados à capacitação e ao aperfeiçoamento de magistrados, servidores, colaboradores e operadores do Direito.

2.3. Os equipamentos de multimídia atualmente instalados nos ambientes de ensino e administrativos encontram-se em notória obsolescência, mais de 10 (dez) anos de uso contínuo. O desgaste natural e as limitações tecnológicas comprometem a qualidade da imagem e do som, dificultando o uso de ferramentas digitais contemporâneas e metodologias pedagógicas modernas, como o ensino híbrido e o uso de recursos audiovisuais interativos.

2.4. Ressalta-se que, conforme disposto nas Resoluções nº 20/2019 – TJRN e nº 65/2013 – TJRN, que tratam do controle e da baixa de bens móveis permanentes e estabelecem a Tabela de Depreciação, Amortização e Exaustão no âmbito do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, o prazo de vida útil de equipamentos dessa natureza é de 10 (dez) anos. Ultrapassado



esse período, os bens devem ser considerados inservíveis, o que, sob a ótica normativa, reforça a imprescindibilidade de sua substituição.

2.5. A modernização dos equipamentos de multimídia trará ganhos significativos de eficiência, confiabilidade e qualidade na transmissão e reprodução de conteúdo, viabilizando a utilização de metodologias ativas, recursos digitais avançados e soluções de ensino-aprendizagem compatíveis com as demandas contemporâneas da formação judicial.

2.6. Assim, a aquisição de novos equipamentos justifica-se pela necessidade de garantir condições técnicas adequadas à execução das atividades acadêmicas, administrativas e institucionais da ESMARN, assegurando maior qualidade técnica, acessibilidade e integração entre magistrados, discentes, corpo docente e gestores.

2.7. Diante do exposto, a substituição e modernização dos equipamentos de multimídia revelam-se medidas indispensáveis para o fortalecimento das ações formativas da ESMARN, contribuindo para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem, bem como para o aumento da eficiência e da qualidade das atividades administrativas e acadêmicas desenvolvidas pela instituição

### 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

*(alínea “c” do inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021)*

- 3.1. Em observância aos princípios da economicidade, da racionalidade e da proporcionalidade, a contratação dos serviços objeto deste documento deverá ser realizada por meio da adoção de uma das modalidades licitatórias previstas na Lei nº 14.133/2021, observando-se o resultado da pesquisa mercadológica.
- 3.2. Nos casos em que a pesquisa mercadológica prévia indicar um valor estimado superior ao limite estabelecido no inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com redação vigente conforme Decreto nº 12.343/2024, recomenda-se a realização da licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 3.3. A escolha dessa modalidade fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de **bens e serviços comuns**, cujas especificações podem ser objetivamente definidas, e por se mostrar a forma mais adequada para assegurar competitividade, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.



3.4. Essa modalidade licitatória garante ampla publicidade, participação de um número maior de fornecedores e celeridade processual, atendendo aos princípios da isonomia, eficiência e economicidade previstos na legislação vigente.

3.5. Ressalta-se, ainda, que a adoção do pregão eletrônico, no âmbito da Administração Pública, como forma preferencial para a aquisição de bens e serviços comuns, assegura maior transparência, competitividade e controle nas contratações.

#### 4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E DOS QUANTITATIVOS

##### 4.1. Dos equipamentos

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1.	Projektor de multimídia	Unidade	6		
2.	Suporte universal para projetor multimídia	Unidade	6		
3.	Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 3,5 m (diagonal ≈158")	Unidade	1		
4.	Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 2,5 m (diagonal ≈120")	Unidade	5		
5.	Lousa/tela interativa com no mínimo 98"	Unidade	1		
6.	Lousa/tela interativa com no mínimo 75"	Unidade	2		
7.	Suporte fixo de parede para lousa interativa de 98"		1		
8.	Suporte móvel de chão/rodízio para lousa interativa de 75"	Unidade	2		





ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Referência\_889/2025

9.	Mixer-amplificado com potência de saída equivalente a 400 W RMS	Unidade	7
10.	Caixa de som passiva de 50 W RMS	Unidade	32
11.	Suporte de parede para caixas de som	Unidade	32
12.	Kit de microfone de lapela cardioide	Unidade	4
13.	Kit de microfone auricular (headset) cardioide	Unidade	4
14.	Equipamento de vídeo conferência	Unidade	3
15.	Cabo HDM. Cada cabo com no mínimo 10 metros.	Unidade	6
16.	Cabo HDMI. Cada cabo com no mínimo 15 metros.	Unidade	1
17.	Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 3,00 metros de comprimento	Unidade	6
18.	Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 4,00 metros de comprimento	Unidade	1
19.	Cabo paralelo de áudio blindado 2 x 1 mm, rolo com 100 metros	Rolo	4
20.	Conector P10 macho.	Unidade	60

## **5. DOS REQUISITOS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS DE PREÇOS**

*(alínea “d” do inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021)*

### **5.1. Dos requisitos e condições de participação**



**5.1.1.** Poderão apresentar proposta objetivando o fornecimento dos produtos objeto deste Termo de Referência, quaisquer empresas regularmente estabelecidas no Território Nacional, dedicadas ao respectivo ramo de atividade comercial e que comprovem sua condição de regularidade perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e ao Tribunal Superior do Trabalho.

**5.1.2.** Não poderão apresentar propostas de preços empresas impedidas de licitar e contratar com a Esmarn, com o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN) e com a Administração Pública.

**5.1.3.** Para fins de habilitação da proposta vencedora serão também consultados os Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf/Siasg/Comprasnet); o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis); o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Sistema de Cadastramento de Licitantes Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

**5.1.4. Da participação de empresas em consórcio**

Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

A vedação fundamenta-se no fato de que o objeto consiste na aquisição de bens comuns amplamente disponíveis no mercado nacional, existindo número significativo de fornecedores aptos a atender às exigências da contratação de forma individual. Ademais, a contratação não apresenta complexidade técnica, operacional ou financeira que justifique a conjugação de capacidades entre empresas, sendo o certame processado com julgamento por item, circunstância que amplia a competitividade e possibilita a participação de fornecedores especializados. Dessa forma, conclui-se que a vedação à participação de consórcios não compromete a competitividade do certame e atende aos princípios da eficiência e da economicidade, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

**5.2. Das propostas de preços**

**5.2.1.** A proponente ao apresentar proposta declara ter conhecimento de todas as informações contidas neste Termo de Referência.

**5.2.2. Na proposta de preços, devem constar: Razão social, CNPJ, endereço completo e dados bancários da proponente, além de:**



- a) **Descrição, quantitativo e valores unitário e global do objeto proposto;**
- b) **Validade da proposta: que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos;**
- c) **Frete CIF;**
- d) **Identificação e assinatura do representante legal da proponente.**

**5.2.3.** Nos preços unitários propostos deverão estar inclusas todas as despesas pertinentes ao adequado fornecimento dos produtos objeto do presente Termo de Referência, inclusive **fretes, carregamento, descarga, montagem (quando aplicável), impostos, taxas e emolumentos, disponibilização de técnicos/operadores para realizar as instalações, deslocamentos, entre outros.**

**5.2.4.** Condições de habilitação complementares, observada a legislação em vigor, poderão ser estabelecidas no edital de convocação certame.

**5.2.5.** A apresentação de proposta de preços importa na plena aceitação, por parte da proponente, de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, as quais se compromete a cumprir no caso de sua seleção para o fornecimento dos objetos descritos no item 4.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **6.1. Das obrigações da Contratada**

Sem prejuízo das disposições previstas em lei, são obrigações da Contratada, além de cumprir rigorosamente os termos de sua proposta, a qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer sejam no preço ou nas condições estabelecidas:

- I. Realizar o cadastro no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores (SICAF), se ainda não cadastrado;
- II. Promover a entrega do objeto de acordo com as especificações técnicas e quantidades informadas neste instrumento;
- III. Arcar com todas as despesas relativas ao fiel e adequado cumprimento do objeto deste Termo de Referência;
- IV. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Contratante;



ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Referência\_889/2025

- V. Manter os seus empregados, por ocasião do fornecimento do objeto contratado, sujeitos às normas disciplinares do Contratante, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o referido Órgão;
- VI. Manter os seus funcionários identificados por crachá, quando do fornecimento do objeto contratado, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do Contratante;
- VII. Responder pelos danos causados direta ou indiretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a entrega do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo Contratante;
- VIII. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários no recinto do Contratante;
- IX. Disponibilizar um canal de comunicação, telefone fixo, celular, mídia social (WhatsApp ou e-mail), com representante e/ou preposto à disposição, para atendimento em dias úteis;
- X. Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail ou telefone, indicados na respectiva proposta, como também outras informações julgadas necessárias para o recebimento de comunicações encaminhadas pelo Contratante ao Contratado;
- XI. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a todas as reclamações que lhe tiverem sido dirigidas, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como, dar ciência à Esmarn, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato que vier a ser firmado;
- XII. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da entrega, bem como pelo risco de perdas ou extravios, até o efetivo recebimento dos produtos pela Contratante;
- XIII. Prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento dos equipamentos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza, não podendo alegar, como motivo de força maior para justificar o atraso, a má execução ou a inexecução do contrato decorrente deste certame;
- XIV. Não poder alegar, como motivo de força maior para justificar o atraso no fornecimento dos produtos, a eventual ruptura de seu estoque;





ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

**Termo de Referência\_889/2025**

- XV. Quaisquer custos, despesas e investimentos para o deslocamento de representantes da Contratada às reuniões na Esmarn, caso necessárias, serão arcados pela própria Contratada, sem quaisquer ônus à Contratante.
- XVI. Relatar ao servidor ou à Comissão responsável pela fiscalização as irregularidades observadas em virtude do fornecimento dos equipamentos;
- XVII. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante;
- XVIII. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento dos produtos ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do Contratante;
- XIX. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao fornecimento dos produtos, originariamente ou vinculados por prevenção, conexão ou continência;
- XX. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do respectivo contrato;
- XXI. A inadimplência da licitante Contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos incisos XVII a XIX, do subitem 6.1 deste Termo de Referência, não transfere a responsabilidade por seu pagamento a Esmarn, nem poderá onerar o objeto do contrato decorrente, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Esmarn;
- XXII. Manter, durante toda a vigência do contrato que decorrer deste instrumento, as condições que ensejaram a habilitação e a contratação, sendo permitido a Esmarn, para fins de comprovação de regularidade, a qualquer tempo, realizar consulta on line ao SICAF e/ou sítios eletrônicos dos órgãos competentes, podendo exigir da Contratada a apresentação de quaisquer documentos que entender necessários a este fim;
- XXIII. Guardar o necessário sigilo ético-profissional e comercial, por tempo indeterminado, sobre dados, documentos, especificações técnicas, metodologias, inovações e quaisquer outras



ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Referência\_889/2025

informações recebidas da Contratante, sobre as quais tenha tido acesso em decorrência deste instrumento, não os podendo divulgar ou reproduzir sob qualquer pretexto;

XXIV. Atuar, a Contratada e seus funcionários, em conformidade com a legislação vigente sobre a Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018 e a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da Contratante, regulamentado pela Resolução nº 38 – TJRN, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), edição de 14 de outubro de 2021, republicação em 10 de novembro de 2021.

XXV. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no Art. 125, da Lei nº 14.133, de 2021;

XXVI. Cumprir todas as obrigações não consignadas expressamente, nestes subitens, mas que previamente estabelecidas no edital e descritas na legislação aplicável ao objeto deste instrumento.

## **6.2. Das Obrigações do Contratante**

A Esmarn terá plenos poderes para fiscalizar o fornecimento dos produtos, nas formas previstas na Lei nº 14.133/2021.

A Contratante deverá:

- I. Prestar à Contratada todas as informações necessárias para a boa execução contratual;
- II. Prestar as informações ou esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela Contratada, pertinentes ao objeto deste Termo de Referência ou ao contrato que vier a ser firmado;
- III. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato que vier a ser firmado, bem como, aplicar a Contratada as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso;
- IV. Efetuar o recebimento dos produtos objeto deste instrumento, através de Comissão, ou servidor, designado para esse fim pela Direção da Esmarn, fornecendo comprovante a Contratada;
- V. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com os preços, os prazos e as condições estipuladas no contrato a ser celebrado, mediante a apresentação das respectivas Notas Fiscais de Serviços, devidamente discriminadas e atestadas pela Comissão ou servidor



ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Referência\_889/2025

tratados no item 8.6, através de crédito em conta corrente bancária, observando-se a legislação vigente;

- VI. Assegurar, observadas as normas de segurança da Esmarn, o acesso dos empregados da Contratada ao local onde será entregue os produtos objeto deste Termo de Referência;
- VII. Comunicar a Contratada, de imediato, qualquer irregularidade constatada na execução contratual, exigindo que a mesma adote as providências necessárias para sanar os problemas;
- VIII. Aplicar à Contratada as sanções regulamentares e contratuais, quando for o caso, comunicando de imediato as ocorrências de quaisquer fatos que exijam imediatas corretivas por parte da Contratada;
- IX. Sustar o recebimento dos produtos que não estiverem em conformidade com as especificações e características constantes da respectiva proposta de preços da Contratada e neste instrumento;
- X. Exigir, sempre que necessário, a apresentação da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejaram a contratação e habilitação da Contratada.
- XI. Guardar o necessário sigilo ético-profissional e comercial, por tempo indeterminado, sobre dados, documentos, especificações técnicas e comerciais e quaisquer outras informações recebidas do contratado, sobre as quais tenha tido acesso em decorrência de instrumento contratual, não os podendo divulgar ou reproduzir sob qualquer pretexto;
- XII. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas no contrato;
- XIII. Deverá ser observada a ordem cronológica de exigibilidade, liquidação e pagamento, conforme disposto na Lei 14.133/2021, nas Resoluções nº 011/2024 – TCE/RN, e nº 15/2018 - TJRN.

## **7. DO MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

*(alínea “e” do inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021)*

### **7.1. Do prazo para entrega dos bens**

A contratada se obriga a realizar a entrega dos bens no prazo máximo de até **25 (vinte e cinco) dias úteis**, contados do dia útil seguinte ao recebimento, por e-mail, da respectiva NOTA DE EMPENHO;



ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

**Termo de Referência\_889/2025**

**7.2.** Esse prazo poderá, mediante solicitação escrita da contratada e a exclusivo critério do titular da Direção da Esmarn, ser prorrogado por mais 10 (dez) dias úteis, estabelecendo-se que:

**7.2.1.** Caso se veja impossibilitada de cumprir o prazo estipulado para a entrega dos bens, a contratada deverá apresentar à Subseção de Patrimônio e Serviços Gerais do Contratante, por mensagem eletrônica para [almoxarifado@esmarn.tjrn.jus.br](mailto:almoxarifado@esmarn.tjrn.jus.br), até 10 (dez) dias úteis antes da data de vencimento inicialmente fixada, pedido de prorrogação acompanhado de justificativa escrita fundamentada.

**7.2.2.** Vencido, prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os bens tenham sido entregues, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a contratada sujeita às penalidades previstas no edital do respectivo certame.

### **7.3. Do recebimento do objeto**

Fica estabelecido que os produtos descritos no item 4. deste Termo de Referência, serão recebidos e atestados por Comissão, ou servidor, designado, para esse fim, pela Direção da Esmarn.

### **7.4. Do local para entrega e execução dos serviços**

Os produtos objeto deste Termo de Referência serão entregues na Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (ESMARN), sediada à Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, nº 151, bairro de Candelária, CEP 59065-555, Natal/RN, em dias úteis no horário compreendido entre 8h e 15h.

### **7.5. Da garantia da execução contratual**

Considerando que o objeto do presente Termo de Referência consiste no fornecimento e entrega de equipamentos de multimídia, sem execução de serviços complexos ou de natureza continuada, não se justifica a exigência de garantia de execução contratual, conforme o disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, contudo, que deverá ser observada a garantia técnica dos equipamentos ofertada pelo fabricante ou distribuidor, conforme especificado nas condições do Edital e do contrato.

### **7.6. Da garantia do objeto**

**7.6.1. Equipamentos eletrônicos** (como projetores, microfones, telas de projeção, lousa/telas interativas, equipamentos de vídeo conferência, mixer amplificador, e caixas de som)



deverão possuir **garantia técnica mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação, vícios de qualidade ou mau funcionamento. A garantia contratual ora estabelecida é complementar aos direitos previstos na garantia legal disciplinada nos arts. 24, 25, 26 e 50 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

**Caso o fabricante ofereça prazo superior de garantia, prevalecerá o maior período informado.**

**7.6.2. Acessórios e componentes de menor complexidade**, tais como cabos de áudio, conectores e suportes metálicos, estarão sujeitos à **garantia legal mínima de 90 (noventa) dias**, conforme o art. 26, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor, sendo vedada a cobrança de qualquer custo adicional para reparo ou substituição em caso de defeito de fabricação.

#### **7.6.3. Prazos de garantia consolidados**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Prazo de garantia</b>
1.	Projektor de multimídia	12 (doze) meses
2.	Suporte universal para projetor multimídia	12 (doze) meses
3.	Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 3,5 m (diagonal ≈158")	12 (doze) meses
4.	Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 2,5 m (diagonal ≈120")	12 (doze) meses
5.	Lousa/tela interativa com no mínimo 98"	12 (doze) meses
6.	Lousa/tela interativa com no mínimo 75"	12 (doze) meses
7.	Suporte fixo de parede para lousa interativa de 98"	12 (doze) meses
8.	Suporte móvel de chão/rodízio para lousa interativa de 75"	12 (doze) meses
9.	Mixer-amplificado com potência de saída equivalente a 400 W RMS	12 (doze) meses
10.	Caixa de som passiva de 50 W RMS	12 (doze) meses
11.	Suporte de parede para caixas de som	12 (doze) meses
12.	Kit de microfone de lapela cardioide	12 (doze) meses
13.	Kit de microfone auricular (headset) cardioide	12 (doze) meses



ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Referência\_889/2025

14.	Equipamento de vídeo conferência	12 (doze) meses
15.	Cabo HDM. Cada cabo com no mínimo 10 metros.	90 (noventa) dias
16.	Cabo HDMI. Cada cabo com no mínimo 15 metros.	90 (noventa) dias
17.	Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 3,00 metros de comprimento	90 (noventa) dias
18.	Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 4,00 metros de comprimento	90 (noventa) dias
19.	Cabo paralelo de áudio blindado 2 x 1 mm, rolo com 100 metros	90 (noventa) dias
20.	Conector P10 macho.	90 (noventa) dias

#### 7.6.4. Condições gerais da garantia

Durante o período de garantia, a contratada será responsável por realizar, sem ônus para a Administração, o reparo ou a substituição dos produtos que apresentarem defeitos, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado da comunicação formal da ocorrência, conforme o art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.

#### 7.6.5. Documentação

A contratada deverá fornecer, juntamente com o objeto, **certificados de garantia, manuais de uso e termos de assistência técnica**, quando aplicáveis, indicando canais de atendimento e suporte técnico no território nacional.

## 8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

*(alínea “f” do inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021)*

**8.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**8.2.** As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, através da Comissão ou servidor designado no momento da contratação.



ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Referência\_889/2025

### **8.3. Da formalização da contratação**

Em razão da natureza simplificada do objeto, a contratação poderá ser formalizada por meio da emissão de Nota de Empenho, nos termos do art. 95, da Lei nº 14.133/2021, a qual terá força de contrato para todos os fins.

### **8.4. Da fiscalização**

**8.4.1.** A Direção da Esmarn, para a integral execução do objeto a ser contratado, designará Comissão ou servidor, para atuar como fiscal do contrato, ou instrumento congênere, que decorrer deste Termo de Referência, o qual se encarregará do recebimento, conferência e atesto dos produtos fornecidos pela Contratada.

**8.4.2.** A Comissão ou servidor designados, referidos no subitem anterior, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das falhas ou defeitos que porventura sejam observados.

**8.4.3.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da referida comissão ou do servidor indicados, deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

**8.4.4.** A Contratante deverá exercer fiscalização permanente sobre a execução do respectivo contrato, objetivando, sobretudo, o descumprimento de quaisquer das especificações e condições listadas neste Termo de Referência.

### **8.5. Das sanções administrativas**

**8.5.1.** Em conformidade com Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. Dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do Contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o Certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - VII. Ensejar o retardamento da execução ou a entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.5.2.** Serão aplicadas ao Contratado responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:
- I. **Advertência:** quando o Contratado der causa à inexecução parcial do Contrato (Art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - II. **Impedimento de licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nos incisos “II”, “III” “IV” “V” “VI” e “VII” do item 8.5.1., sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar:** quando praticadas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021;
  - IV. **Multa:** será aplicada e quantificada na ocorrência das seguintes infrações:
    - a) **Pelo atraso na entrega dos bens em relação ao prazo estipulado:** 1% (um por cento) do valor do bem não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento);
    - b) **Pela recusa em efetuar a entrega dos bens,** caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do bem;
    - c) **Pela demora em substituir o bem rejeitado,** a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do bem recusado, por dia decorrido;





ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Referência\_889/2025

- d) **Pela recusa da contratada em substituir o bem rejeitado**, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos 5 (cinco dias) que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do bem rejeitado;
- e) **Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no contrato ou no instrumento convocatório e não abrangida nos subitens anteriores**: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

**8.5.3.** As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis (Art. 156, § 3º da Lei 14.133 de 2021).

**8.5.4.** À Seção de Licitação, Contratos e Convênio da Contratante, após determinação da autoridade superior da Esmarn, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, compete informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.5.5.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156 §9º da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.5.6.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.5.7.** As sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar e Declaração de Idoneidade para licitar e contratar poderão ser aplicadas cumulativamente (Art. 156 §7º da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.5.8.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do Contratado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

**8.5.9.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa.

## 9. DO PAGAMENTO

*(alínea “g” do inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021)*



**9.1.** O pagamento decorrente da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência será efetuado em até 10 (dez) dias úteis, após a apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente conferida e atestada por Comissão de Recebimento ou por servidor, ambos designados pela autoridade competente da Contratante, para atuar como fiscal do contrato.

## **9.2. Das condições para pagamento**

Para que o pagamento possa ser efetuado, a Contratada se obriga a fornecer os seguintes documentos:

**9.2.1.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pelo próprio Contratado, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ indicado no contrato a ser firmado.

**9.2.2.** A nota fiscal/fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos, todos com a mesma razão social, endereço e CNPJ do Contratado:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão Quanto a Dívida Ativa do Estado e Certidão Negativa de Débitos Estaduais);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal) ou outra equivalente na forma da Lei, do domicílio ou sede da empresa licitante;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND do INSS), emitida pela Receita Federal;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de Regularidade Trabalhista: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em conformidade com a Lei 12.440/2011, conforme regulamentação atualmente aplicada.

**9.3.** Os documentos previstos nos incisos de “a” a “f” do item anterior, devem possuir os mesmos CNPJ e razão social da Contratada, devendo ser observadas as demais disposições contidas neste Termo de Referência.



ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Referência\_889/2025

**9.4.** A Seção de Orçamento e Finanças da Contratante, quando a lei assim o determinar, efetuará todos os descontos legais, bem assim aqueles decorrentes de multas eventualmente aplicadas à Contratada, por infração a cláusulas do contrato ou de instrumento congênere que decorrer deste Termo de Referência.

#### **9.5. Do prazo para pagamento**

**9.5.1.** Na forma do artigo 141 da Lei nº 14.133/2021 e desde que inteiramente atendido todo o disposto no item 9.2 “DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO”, os pagamentos se darão conforme disposto na Resolução n.º 15-TJ, de 09 de maio de 2018, que regula, no âmbito do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, a ordem cronológica para pagamento de contratados, observadas suas redações atuais.

**9.5.2.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada se houver divergência quanto ao fornecimento dos produtos.

**9.5.3.** A nota fiscal entregue em desacordo será devolvida à Contratada, para a devida correção, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do seu recebimento, sendo que, após a sua reapresentação, correrá novo prazo para pagamento.

**9.5.4.** Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, ficará pendente o pagamento até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a contratante.

**9.5.5.** Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Esmarn.

**9.5.6.** O pagamento será realizado no prazo estabelecido no subitem 9.5.1, por meio de ordem bancária específica, expedida exclusivamente em nome e no CNPJ do Contratado, cujo valor respectivo será creditado em conta corrente por ele indicada.

#### **9.6. Da atualização do valor a pagar, no eventual atraso do pagamento**

**9.6.1.** No caso da não efetivação do pagamento no prazo acima estabelecido, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, serão devidos pelo Contratante encargos moratórios, que serão calculados pela aplicação da seguinte fórmula:

EM = i x N x VNF, onde:



- EM são os encargos moratórios devidos;
- N é o número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VNF é valor da Nota Fiscal/Fatura;
- i é o índice diário de compensação financeira, calculado com base na média aritmética simples do INPC (IBGE) e do IGPD (FGV), dos últimos doze (12) meses, dividida por 365, cuja fórmula é:  $i = [(INPC + IGPD) / 2] / 365$ .

**9.6.2.** O valor dos encargos moratórios será simetricamente arredondado para duas casas decimais.

**9.6.3.** Na hipótese de extinção de um desses índices (INPC e IGPD), será utilizado o índice que vier a substituí-lo.

## **10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

*(alínea “h” do inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021)*

### **10.1. Do critério para seleção do fornecedor**

**10.1.1.** A contratação do objeto deste Termo de Referência será realizada ao amparo das disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021.

**10.1.2.** Identificando a pesquisa mercadológica prévia um valor estimado superior ao estabelecido no Art. 75 inciso II da Lei nº 14.133, de 2021 – observada a redação do Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024 (DOU de 31 de dezembro de 2024), é recomendada a adoção de licitação, **NA MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO - TIPO MENOR VALOR UNITÁRIO POR ITEM**, que possibilita ampla divulgação, além da participação de um maior número de interessados em contratar com a Administração.

**10.1.3.** No caso de a pesquisa mercadológica prévia apontar para uma despesa de pequeno valor, a critério da Autoridade Superior da Esmarn, poderá ser adotado o instituto da dispensa de licitação, a teor da previsão inserta no Art. 75 inciso II da Lei nº 14.133, de 2021.



ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Referência\_889/2025

## 11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

*(alínea “j” do inciso XXIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021)*

11.1. As despesas decorrentes deste Termo de Referência serão custeadas à conta de recursos consignados no Orçamento Geral do Estado do Rio Grande do Norte, unidade orçamentária 04.301 – Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte.

## 12. DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Natal-RN, para dirimir quaisquer questões jurídicas porventura suscitadas em decorrência da futura contratação, que não puderem ser solucionadas por consenso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

13.1. Esclarecimentos complementares ou quaisquer outras informações relacionadas a eventuais dúvidas quanto ao presente Termo de Referência, poderão ser solicitadas à Chefia de Divisão Administrativa da Esmarn, pelo telefone (84) 3673-9269 ou via e-mail [denisemelo@tjrn.jus.br](mailto:denisemelo@tjrn.jus.br), de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 15h.

## 14. ANEXOS – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

### 14.1. Observações gerais

- É obrigatório, sob pena de desclassificação, que o proponente informe o nome do fabricante e o modelo, linha ou código do fabricante para cada item ofertado.
- Deverá ser apresentado o *datasheet* (folha de dados técnica), contendo as especificações completas do produto (quando descrito nas especificações técnicas dos produtos apresentada nesse documento).
- O *datasheet* deverá, preferencialmente, estar disponível para consulta pública no site oficial do fabricante. Na hipótese de o documento não estar disponível em domínio público, será considerada, para fins de análise técnica e julgamento, a documentação disponível em fontes públicas de acesso livre na internet, desde que contenha as informações técnicas completas e confiáveis necessárias para aferição da equivalência.
- Não serão aceitas declarações genéricas de fabricantes, meras descrições comerciais ou informações não presentes em catálogo ou documento técnico oficial. Deverá ser apresentado o manual de instruções ou catálogo técnico oficial do fabricante, em português





ou acompanhado de tradução simples, contendo as informações necessárias para comprovação das especificações do item.

- Caso a comissão de licitação ou o setor técnico tenha dúvidas quanto às especificações dos equipamentos, materiais ou produtos ofertados, poderá instaurar diligência junto ao proponente, nos termos da legislação vigente, para fins de comprovação técnica.
- **ITENS OPCIONAIS**: características ou recursos marcados como opcionais **NÃO DEVEM SER COTADOS SEPARADAMENTE**, devendo a proposta considerar **APENAS O MODELO PADRÃO DO FABRICANTE**.

Caso o modelo ofertado possua o recurso opcional integrado de fábrica, **ESTE DEVERÁ SER ENTREGUE SEM ACRÉSCIMO DE PREÇO**.

A existência de itens opcionais não influencia o julgamento das propostas nem altera os requisitos mínimos definidos neste Termo de Referência.

#### 14.2. Projetor de multimídia

- Tipo: projetor multimídia digital, tecnologia 3LCD ou DLP;
- Resolução nativa: Full HD (1920 × 1080 pixels – 1080p);
- Compatibilidade de sinal: deve aceitar sinais de entrada em até 4K (3840 × 2160), realizando *downscaling* automático para a resolução nativa Full HD;
- Contraste: relação mínima de 15.000:1, ou superior;
- Fonte de luz: laser com vida útil mínima de 20.000 h;
- Brilho: mínimo de 3.000 lúmens ANSI;
- Tamanho de imagem: capacidade de projetar imagens no formato 16:9, com tamanho útil mínimo entre 120" e 160", ou superior, conforme especificação do fabricante;
- Distância de projeção: o projetor deverá apresentar distância de projeção compatível com a formação de imagens entre 120" e 160", devendo essa relação ser adequada à distância real entre o ponto de instalação e a tela, admitida a variação conforme tabela técnica de cada fabricante;
- Conectividade mínima: 2 entradas HDMI, e entradas USB para controle ou transferência de dados, em padrão USB-B, USB-A ou USB-C;
- Correções e ajustes de imagem: correção trapezoidal (*keystone*) vertical e horizontal, ou recursos equivalentes de alinhamento da imagem;



- Foco: deverá possuir sistema de ajuste de foco, conforme padrão do fabricante (manual ou automático);
- Zoom óptico: mínimo de 1.1x ou 1.2x, ou outro valor equivalente, conforme padrão do fabricante;
- Áudio: alto-falante interno de mínimo 2 W;
- Alimentação: o motor deverá operar em tensão compatível com os padrões elétricos nacionais, podendo ser bivolt automático (100 – 240 V) ou fornecido em versão 220 V, conforme disponibilidade do fabricante;
- Acessórios mínimos: controle remoto, cabo HDMI e cabo de alimentação;
- Documentação técnica: deverá ser apresentado o manual de instruções ou catálogo técnico oficial do fabricante em português (impresso ou digital) ou acompanhado de tradução simples, contendo as informações técnicas necessárias para comprovação das especificações.
- Garantia: mínima de 12 meses, abrangendo todos os componentes do equipamento, mão de obra, peças, reparo ou substituição em caso de falhas de funcionamento ou defeitos de fabricação, com atendimento realizado por assistência técnica própria, autorizada ou do fabricante, conforme a necessidade;
- Assistência técnica: o fornecedor deverá garantir suporte técnico durante o período de garantia, podendo ser próprio, autorizado ou prestado pelo fabricante, com atendimento remoto ou presencial conforme a necessidade, sem restrição de localidade;
- Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

#### 14.3. Suporte universal para projetor multimídia

- Tipo: suporte universal para projetor multimídia, para instalação **em teto**;
- Altura/distância do teto: braços ajustáveis ou solução equivalente que permita a fixação em projetores de diferentes padrões de furação, garantindo compatibilidade universal;
- Capacidade de carga: mínima de 10 kg;
- Material: estrutura em aço ou alumínio, com proteção anticorrosiva (pintura, galvanização ou tratamento equivalente);



- Ajustes mínimos obrigatórios: inclinação vertical (*tilt*) ajustável mínimo de 15°, giro horizontal (*pan*) ajustável, permitir rotações amplas para alinhamento do projetor (admissível rotação de 360° ou equivalente funcional), e sistema de ajuste para nivelamento preciso;
- Instalação: permitir fixação em superfície de alvenaria, concreto, ou estrutura equivalente;
- Acessórios mínimos: kit de fixação compatível com o suporte, e manual ou instrução de montagem (digital ou impresso);
- Garantia: mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com substituição do produto sem ônus para a Administração, quando constatada falha estrutural, defeito de material, soldagem, pintura ou acabamento;
- Assistência Técnica: o fornecedor deverá assegurar atendimento ao chamado durante o período de garantia, providenciando a substituição do suporte ou das peças defeituosas, quando aplicável, não sendo exigida assistência técnica especializada;
- Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

**14.4. Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 3,5 m (diagonal ≈158")**

- Tipo: tela de projeção retrátil motorizada para instalação em parede ou teto;
- Tamanho da projeção: área útil de projeção diagonal em formato 16:9 - *widescreen* com diagonal aproximada 160", admitida variação de ±5%, compatível com largura mínima aproximada de 3,5 m;
- Material da tela: superfície de projeção confeccionada em PVC ou material vinílico equivalente, com camada de difusão que garanta planicidade e ganho adequado. Deve possuir tratamento antifúngico ou equivalente, que impeça o desenvolvimento de fungos e mofo no material, podendo ser obtido por meio de aditivos, composição do material ou revestimentos aplicados pelo fabricante;
- Cor da tela: superfície de projeção na cor branca ou branco fosco, com desempenho luminoso equivalente ao de telas brancas foscas padrão de projeção, garantindo brilho



- adequado e distribuição uniforme da luz, com ganho entre 1.0 e 1.3, ou equivalente funcional;
- Parte traseira da tela: apresentar bloqueio de luz (*blackout* ou equivalente), evitando transparência;
  - Borda e acabamento da tela: pretas (laterais e inferior/superior) ou acabamento equivalente que auxilie no enquadramento da imagem;
  - Estrutura superior: caixa metálica de alta resistência com acabamento anticorrosivo (fosfatização, galvanização ou equivalente) e pintura eletrostática ou equivalente, adequada para instalação em parede ou teto;
  - Barra inferior de peso (*weighted bar*): em aço ou alumínio, com acabamento resistente, garantindo o tensionamento adequado e a planicidade da superfície;
  - Tensionamento lateral: a tela deve possuir sistema de tensionamento lateral (por cabos, fitas ou solução equivalente), garantindo a manutenção da planicidade da superfície de projeção, evitando ondulações e deformações laterais, sendo admitida qualquer tecnologia equivalente que assegure o mesmo desempenho;
  - Mecanismo de retração: modelo motorizado com ajuste de limite de abertura e fechamento (*upper/lower limit*), ou solução funcional equivalente que permita definir a posição final da tela, garantindo alinhamento adequado à área de projeção;
  - Sistema de acionamento: elétrico, podendo ser operada por controle remoto sem fio ou por interruptor de fio (comando por botão), sendo aceitos modelos que ofereçam um dos dois sistemas ou ambos, conforme padrão do fabricante;
  - Ângulo de visão: mínimo de 160°, ou equivalente funcional, garantindo boa visualização lateral pelo público;
  - Estrutura e instalação: deve permitir instalação em parede ou teto;
  - Alimentação: o motor deverá operar em tensão compatível com os padrões elétricos nacionais, podendo ser bivolt automático (100 – 240 V) ou fornecido em versão 220 V, conforme disponibilidade do fabricante;
  - Acessórios mínimos: kit básico de fixação contendo parafusos adequados, buchas compatíveis, arruelas, presilhas, suportes metálicos para instalação em parede ou teto, travas ou presilhas conforme o sistema do fabricante, controle remoto sem fio (RF ou IR) ou chave comutadora de parede, admitindo solução equivalente conforme o projeto do fabricante, e cabo de alimentação e conexão elétrica compatível;



- Documentação técnica: deverá ser apresentado o manual de instruções ou catálogo técnico oficial do fabricante em português (impresso ou digital) ou acompanhado de tradução simples, contendo as informações técnicas necessárias para comprovação das especificações;
- Garantia: mínima de 12 meses, abrangendo todos os componentes do equipamento, mão de obra, peças, reparo ou substituição em caso de falhas de funcionamento ou defeitos de fabricação, com atendimento realizado por assistência técnica própria, autorizada ou do fabricante, conforme a necessidade;
- Assistência técnica: o fornecedor deverá garantir suporte técnico durante o período de garantia, podendo ser próprio, autorizado ou prestado pelo fabricante, com atendimento remoto ou presencial conforme a necessidade, sem restrição de localidade;
- Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

**14.5. Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 2,5 m (diagonal  $\approx 120''$ )**

- Tipo: tela de projeção retrátil motorizada para instalação em parede ou teto;
- Tamanho da projeção: diagonal aproximada de 120'', admitindo-se variação de  $\pm 5\%$  a  $\pm 10\%$ , desde que o formato seja 16:9 (ou equivalente) e que a largura útil de projeção seja igual ou superior a 2,5 m;
- Material da tela: superfície de projeção confeccionada em PVC ou material vinílico equivalente, com camada de difusão que garanta planicidade e ganho adequado. Deve possuir tratamento antifúngico ou equivalente, que impeça o desenvolvimento de fungos e mofo no material, podendo ser obtido por meio de aditivos, composição do material ou revestimentos aplicados pelo fabricante;
- Cor da tela: superfície de projeção na cor branca ou branco fosco, com desempenho luminoso equivalente ao de telas brancas foscas padrão de projeção, garantindo brilho adequado e distribuição uniforme da luz, com ganho entre 1.0 e 1.3, ou equivalente funcional;





- Parte traseira da tela: apresentar bloqueio de luz (*blackout* ou equivalente), evitando transparência;
- Borda e acabamento: pretas (laterais e inferior/superior) ou acabamento equivalente que auxilie no enquadramento da imagem;
- Estrutura superior: caixa metálica de alta resistência, com acabamento anticorrosivo (fosfatização, galvanização ou equivalente) e pintura eletrostática ou equivalente, adequada para instalação em parede ou teto;
- Barra inferior de peso (*weighted bar*): em aço ou alumínio ou material equivalente, com acabamento resistente, capaz de proporcionar tensão adequada para a planicidade da superfície;
- Mecanismo de retração: modelo motorizado com ajuste de limite de abertura e fechamento (*upper/lower limit*), ou solução funcional equivalente que permita definir a posição final da tela, garantindo alinhamento adequado à área de projeção;
- Sistema de acionamento: elétrico, podendo ser operada por controle remoto sem fio ou por interruptor de fio (comando por botão), sendo aceitos modelos que ofereçam um dos dois sistemas ou ambos, conforme padrão do fabricante;
- Ângulo de visão: mínimo de 160°, ou equivalente funcional, garantindo boa visualização lateral pelo público;
- Estrutura e instalação: deve permitir instalação em parede ou teto;
- Alimentação: o motor deverá operar em tensão compatível com os padrões elétricos nacionais, podendo ser bivolt automático (100 – 240 V) ou fornecido em versão 220 V, conforme disponibilidade do fabricante;
- Acessórios mínimos: kit básico de fixação contendo parafusos adequados, buchas compatíveis, arruelas, presilhas, suportes metálicos para instalação em parede ou teto, travas ou presilhas conforme o sistema do fabricante, controle remoto sem fio (RF ou IR) ou chave comutadora de parede, admitindo solução equivalente conforme o projeto do fabricante, e cabo de alimentação e conexão elétrica compatível;
- Documentação técnica: deverá ser apresentado o manual de instruções ou catálogo técnico oficial do fabricante em português (impresso ou digital) ou acompanhado de tradução simples, contendo as informações técnicas necessárias para comprovação das especificações;



- Garantia: mínima de 12 meses, abrangendo todos os componentes do equipamento, mão de obra, peças, reparo ou substituição em caso de falhas de funcionamento ou defeitos de fabricação, com atendimento realizado por assistência técnica própria, autorizada ou do fabricante, conforme a necessidade;
- Assistência técnica: o fornecedor deverá garantir suporte técnico durante o período de garantia, podendo ser próprio, autorizado ou prestado pelo fabricante, com atendimento remoto ou presencial conforme a necessidade, sem restrição de localidade;
- Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

#### 14.6. Lousa/tela interativa com no mínimo 98”

- Características gerais: tela interativa *multitouch*, com painel LCD-LED ou tecnologia equivalente, adequada ao uso educacional e institucional;
- Dimensões da tela: 98” (medida diagonal), tolerância  $\pm 1$ ”, formato 16:9;
- Tecnologia do painel: LCD com retroiluminação LED, em qualquer configuração prevista pelo fabricante (por exemplo, Edge-LED, Direct-LED ou equivalente), utilizando tecnologia IPS, VA ou equivalente, de modo a garantir ampla fidelidade de cores e ângulos de visão adequados ao uso institucional;
- Resolução nativa do painel: mínima 4K Ultra HD (3840  $\times$  2160);
- Brilho típico do painel: mínimo de 300 cd/m<sup>2</sup> (nits);
- Contraste típico do painel: mínimo de 1.200:1;
- Ângulo de visão: 178° (horizontal e vertical) ou superior;
- Frequência de atualização: 60 Hz ou superior;
- Tratamento antirreflexo: sim (com especificação clara pelo fabricante);
- Vida útil do painel: mínimo de 30.000 horas;
- Tecnologia de detecção de toque (*Touch*): tecnologia infravermelha (IR), *Slim IR*, óptica, capacitiva, *InGlass* ou equivalente, desde que compatível com uso educacional/institucional e permita operação *multitouch*;
- Pontos de toque simultâneo: mínimo de 20 pontos, compatíveis com sistemas Windows e Android;



ESMARN

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

Termo de Referência\_889/2025

- Precisão de toque:  $\leq 2$  mm;
- Sistema operacional integrado: Android ou equivalente, com abertura para conexão a computadores externos, armazenamento interno mínimo 32 GB, memória RAM mínima 4 GB;
- Rede sem fio: Wi-Fi de dupla banda (2,4 GHz e 5 GHz), em padrões 802.11n/ac ou superior, conforme disponibilidade do fabricante;
- Bluetooth integrado: versão 4.0 ou superior, ou equivalente;
- Conectividade: mínimo de 2 portas de entrada HDMI (compatíveis com resolução 4K), mínimo de 2 portas USB-A 3.0, mínimo 1 porta USB-C (quando disponível pelo fabricante), mínimo 1 porta RJ-45 padrão Gigabit (10/100/1000 Mbps), OPS opcional, quando previsto pelo fabricante;
- Saída de áudio: mínimo 1 saída de áudio externa, analógica (P2 3,5 mm) ou digital;
- Alto-falantes embutidos: potência mínima de  $2 \times 15$ W;
- Espelhamento de tela: deve permitir espelhamento de dispositivos externos, por cabo ou rede sem fio, utilizando padrões como *Miracast*, *AirPlay*, *Chromecast*, *ScreenShare* ou equivalente, além de permitir controle por toque do computador externo quando conectado por cabo apropriado;
- Alimentação elétrica: operar em tensão compatível com os padrões elétricos nacionais, podendo ser bivolt automático (100 – 240 V) ou fornecido em versão 220 V conforme fabricante;
- Padrão de montagem: interface compatível com padrão VESA;
- Acessórios e itens inclusos: 2 canetas *touch* ou ponteiros compatíveis, controle remoto ou meio equivalente de controle, cabo HDMI compatível com as entradas exigidas e cabo USB para conexão de toque ou periféricos; cabo de alimentação elétrica apropriado conforme norma técnica, demais acessórios necessários para instalação funcional do equipamento;
- Certificação: o equipamento deverá possuir **certificação ANATEL**, obrigatória nos casos em que incorporem **módulos de radiofrequência**, tais como Wi-Fi, Bluetooth ou tecnologias equivalentes. A comprovação da homologação deverá ser apresentada no momento da entrega, mediante documento oficial emitido pela ANATEL ou certificado contendo o número de homologação aplicável ao modelo ofertado;



- Documentação técnica: deverá ser apresentado o manual de instruções ou catálogo técnico oficial do fabricante em português (impresso ou digital) ou acompanhado de tradução simples, contendo as informações técnicas necessárias para comprovação das especificações;
- Garantia: mínima de 12 meses, abrangendo todos os componentes do equipamento, mão de obra, peças, reparo ou substituição em caso de falhas de funcionamento ou defeitos de fabricação, com atendimento realizado por assistência técnica própria, autorizada ou do fabricante, conforme a necessidade;
- Assistência técnica: o fornecedor deverá garantir suporte técnico durante o período de garantia, podendo ser próprio, autorizado ou prestado pelo fabricante, com atendimento remoto ou presencial conforme a necessidade, sem restrição de localidade;
- Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

#### 14.7. Lousa interativa com no mínimo 75”

- Características gerais: tela interativa *multitouch*, com painel LCD-LED ou tecnologia equivalente, adequada ao uso educacional e institucional;
- Dimensões da tela: 75” (medida diagonal), tolerância  $\pm 1$ ”, formato 16:9.
- Tecnologia do painel: LCD com retroiluminação LED, em qualquer configuração prevista pelo fabricante (por exemplo, Edge-LED, Direct-LED ou equivalente), utilizando tecnologia IPS, VA ou equivalente, de modo a garantir ampla fidelidade de cores e ângulos de visão adequados ao uso institucional;
- Resolução nativa do painel: mínima: 4K Ultra HD (3840  $\times$  2160);
- Brilho típico do painel: mínimo de 300 cd/m<sup>2</sup> (nits);
- Contraste típico: mínimo de 1.200:1;
- Ângulo de visão: 178° (horizontal e vertical) ou superior;
- Frequência de atualização: 60 Hz ou superior;
- Tratamento antirreflexo: sim, com especificação clara pelo fabricante;
- Vida útil do painel: mínimo de 30.000 horas;



- Tecnologia de detecção de toque (*Touch*): tecnologia infravermelha (IR), *Slim IR*, óptica, capacitiva, *InGlass* ou equivalente, desde que compatível com uso educacional/institucional e permita operação *multitouch*;
- Pontos de toque simultâneo: mínimo de 20 pontos, compatíveis com sistemas Windows e Android;
- Precisão de toque:  $\leq 2$  mm;
- Sistema operacional integrado: Android ou equivalente, com abertura para conexão a computadores externos, armazenamento interno mínimo 32 GB, memória RAM mínima 4 GB;
- Rede sem fio: Wi-Fi de dupla banda (2,4 GHz e 5 GHz), em padrões 802.11n/ac ou superior, conforme disponibilidade do fabricante;
- Bluetooth integrado: versão 4.0 ou superior, ou equivalente;
- Conectividade: mínimo de 2 portas de entrada HDMI (compatíveis com resolução 4K), mínimo de 2 portas USB-A 3.0, mínimo 1 porta USB-C (quando disponível pelo fabricante), mínimo 1 porta RJ-45 padrão Gigabit (10/100/1000 Mbps), OPS opcional, quando previsto pelo fabricante;
- Saída de áudio: mínimo 1 saída de áudio externa, analógica (P2 3,5 mm) ou digital;
- Alto-falantes embutidos: potência mínima de  $2 \times 15$ W;
- Espelhamento de tela: deve permitir espelhamento de dispositivos externos, por cabo ou rede sem fio, utilizando padrões como *Miracast*, *AirPlay*, *Chromecast*, *ScreenShare* ou equivalente, além de permitir controle por toque do computador externo quando conectado por cabo apropriado;
- Alimentação: operar em tensão compatível com os padrões elétricos nacionais, podendo ser bivolt automático (100 – 240 V) ou fornecido em versão 220 V conforme fabricante;
- Acessórios e Itens Inclusos: 2 canetas *touch* ou ponteiros compatíveis, controle remoto ou meio equivalente de controle, cabo HDMI compatível com as entradas exigidas e cabo USB para conexão de toque ou periféricos; cabo de alimentação elétrica apropriado conforme norma técnica, demais acessórios necessários para instalação funcional do equipamento;
- Certificação: o equipamento deverá possuir **certificação ANATEL**, obrigatória nos casos em que incorporem **módulos de radiofrequência**, tais como Wi-Fi, Bluetooth ou tecnologias equivalentes. A comprovação da homologação deverá ser apresentada no





momento da entrega, mediante documento oficial emitido pela ANATEL ou certificado contendo o número de homologação aplicável ao modelo ofertado;

- Documentação técnica: deverá ser apresentado o manual de instruções ou catálogo técnico oficial do fabricante em português (impresso ou digital) ou acompanhado de tradução simples, contendo as informações técnicas necessárias para comprovação das especificações;
- Garantia: mínima de 12 meses, abrangendo todos os componentes do equipamento, mão de obra, peças, reparo ou substituição em caso de falhas de funcionamento ou defeitos de fabricação, com atendimento realizado por assistência técnica própria, autorizada ou do fabricante, conforme a necessidade;
- Assistência técnica: o fornecedor deverá garantir suporte técnico durante o período de garantia, podendo ser próprio, autorizado ou prestado pelo fabricante, com atendimento remoto ou presencial conforme a necessidade, sem restrição de localidade;
- Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

#### 14.8. Suporte fixo de parede para lousa interativa de 98”

- Compatibilidade: com telas interativas de 98” (tolerância  $\pm 1$ ”), dotado de padrão de fixação VESA, devendo suportar matrizes comuns utilizadas em telas de grande porte;
- Capacidade de Carga: mínima de 120 kg;
- Estrutura e material: em aço carbono, aço estrutural ou material equivalente, com tratamento anticorrosão, e pintura eletrostática ou equivalente;
- Barras ajustáveis: deve possuir barras ou trilhos horizontais e verticais ajustáveis, permitindo adequação ao padrão de furação da tela;
- Afastamento da parede: entre 3 cm e 10 cm, conforme o modelo;
- Tipo de sistema: fixo (não articulado), com mecanismo de travamento de segurança para evitar quedas ou deslocamentos acidentais;
- Instalação: permitir instalação em parede de alvenaria ou estrutural;
- Acessórios: fornecer kit completo de instalação (parafusos, buchas e acessórios compatíveis) e manual de instalação em português;



- Sistema de nivelamento: deve dispor de sistema de nivelamento para a instalação — seja por nível de bolha embutido, por gabarito de montagem ou por ferramenta equivalente fornecida, garantindo a correta instalação reta do suporte;
- Garantia: mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com substituição do produto sem ônus para a Administração, quando constatada falha estrutural, defeito de material, soldagem, pintura ou acabamento;
- Assistência Técnica: o fornecedor deverá assegurar atendimento ao chamado durante o período de garantia, providenciando a substituição do suporte ou das peças defeituosas, quando aplicável, não sendo exigida assistência técnica especializada;
- Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

#### **14.9. Suporte móvel de chão/rodízio para lousa interativa de 75”**

- Compatibilidade: suporte móvel (suporte de chão/rodízio) compatível com telas/lousas interativas de 75 polegadas (tolerância  $\pm 1$ ”), dotado de padrão de fixação VESA, devendo suportar matrizes comuns utilizadas em telas de grande porte;
- Capacidade de carga: mínima de 80 kg;
- Dimensões: o suporte deverá possuir altura, largura e profundidade compatíveis com o uso ergonômico da lousa interativa de 75”, garantindo estabilidade e segurança durante a movimentação, conforme projeto do fabricante, devendo apresentar dimensões mínimas que assegurem estabilidade, tais como: largura da base de no mínimo 70 cm e profundidade da base de no mínimo 50 cm, admitidas variações conforme a solução estrutural apresentada pelo fabricante, desde que mantida a estabilidade do conjunto;
- Ajuste de altura: opcional (ajuste manual);
- Estrutura e material: em aço carbono, aço estrutural ou material equivalente, com tratamento anticorrosão, e pintura eletrostática ou equivalente;
- Mobilidade: mínimo 4 rodízios de alta resistência, e apresentar sistema de travamento que impeça o deslocamento involuntário com no mínimo 2 rodízios com travas;
- Montagem: deverá ser entregue montado ou fornecer manual e kit de instalação quando for entregue desmontado;



- Garantia: mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com substituição do produto sem ônus para a Administração, quando constatada falha estrutural, defeito de material, soldagem, pintura ou acabamento;
- Assistência Técnica: o fornecedor deverá assegurar atendimento ao chamado durante o período de garantia, providenciando a substituição do suporte ou das peças defeituosas, quando aplicável, não sendo exigida assistência técnica especializada;
- Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

#### **14.10. Mixer-amplificado com potência de saída equivalente a 400 W RM**

- Características gerais: o equipamento deverá combinar em um único conjunto as funções de mixer de áudio e amplificador de potência;
- Potência de saída total: mínimo de 400 W RMS, aferida conforme padrão declarado pelo fabricante. Para fins de comprovação, serão aceitos equipamentos que declarem potência mínima de 400 W RMS na ficha técnica, manual do fabricante ou documento oficial equivalente;
- Impedância de operação: o equipamento deverá operar em impedância compatível com caixas acústicas de 4  $\Omega$ , 6  $\Omega$  ou 8  $\Omega$ , e/ou possuir saída para linha distribuída 70 V ou 100 V, conforme projeto do fabricante;
- Entradas: mínimo 4 (quatro) canais de entrada, podendo ser comutáveis entre MIC e LINE, por chave seletora, ajuste de nível, ou arquitetura equivalente.  
Dentre esses canais deverá haver capacidade mínima de 2 (dois) canais operando em nível de linha (LINE IN), conforme informado pelo fabricante. O equipamento deverá possuir mínimo de 1 (uma) entrada auxiliar (AUX IN), podendo ser em conector RCA, P2 ou equivalente. Serão aceitos equipamentos com entradas híbridas ou comutáveis (MIC/LINE), desde que a funcionalidade mínima exigida seja plenamente atendida;
- Controles: volume individual por canal, volume master (controle geral) e equalização mínima (com graves e agudos, aceitando controles adicionais). Serão aceitos controles como GAIN, EFF, PAN, PFL, VOL, ou outros equivalentes, desde que não prejudiquem a funcionalidade mínima;



- Saídas:
  - ✓ Saídas amplificadas adequadas à potência declarada, para conexão de caixas acústicas passivas (conectores profissionais como Speakon ou bornes de alta corrente);
  - ✓ Saída de linha (LINE OUT / REC OUT) para gravação ou envio do sinal a outros equipamentos;
  - ✓ Saída para fone de ouvido, quando disponível pelo fabricante (opcional);
- Estrutura e materiais: gabinete em madeira, metálico ou misto metal/plástico de alta resistência, acabamento profissional; ventilação adequada (ventoinha ou dissipador de calor), com comutador de tensão (110/220 V ou bivolt automático);
- Proteções: o equipamento deverá possuir, no mínimo, proteção contra curto-circuito, sobrecarga e superaquecimento;
- Alimentação: compatível com tensão de 220–240 V, podendo ser bivolt automático ou chaveado;
- Interfaces adicionais: o equipamento poderá possuir porta USB ou slot SD para gravação ou reprodução, saída para fone de ouvido, e possibilidade de controle remoto ou conexão externo (Bluetooth, USB ou equivalente), quando disponíveis no modelo ofertado, sem caráter obrigatório;
- Acessórios: cabo de alimentação compatível, e acessórios originais necessários ao funcionamento básico (fusíveis, adaptadores etc.);
- Documentação técnica: deverá ser apresentado o manual de instruções ou catálogo técnico oficial do fabricante em português (impresso ou digital) ou acompanhado de tradução simples, contendo as informações técnicas necessárias para comprovação das especificações;
- Garantia: mínima de 12 meses, abrangendo todos os componentes do equipamento, mão de obra, peças, reparo ou substituição em caso de falhas de funcionamento ou defeitos de fabricação, com atendimento realizado por assistência técnica própria, autorizada ou do fabricante, conforme a necessidade;
- Assistência técnica: o fornecedor deverá garantir suporte técnico durante o período de garantia, podendo ser próprio, autorizado ou prestado pelo fabricante, com atendimento remoto ou presencial conforme a necessidade, sem restrição de localidade;
- Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às



características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

#### 14.11. Caixa de som passiva de 50 W RMS

- Características Gerais: caixa de som passiva (sem amplificação interna), destinada ao uso em ambientes internos.
- Potência: mínima de 50 W RMS;
- Impedância de operação: compatível com 4  $\Omega$ , 6  $\Omega$  ou 8  $\Omega$ ;
- Resposta de frequência: o equipamento deverá permitir reprodução adequada e inteligível da voz em ambiente institucional, devendo apresentar faixa típica informada pelo fabricante com valores próximos ou equivalentes a 80 Hz – 16 kHz, admitindo-se pequenas variações conforme o projeto acústico da caixa;
- Alto-falantes: deve possuir, no mínimo, 1 alto-falante de faixa inteira (full-range) ou conjunto ou equivalente;
- Conectividade (Entradas): compatíveis com cabos de áudio usuais do mercado, como borne, tipo pressão, banana ou equivalente;
- Gabinete: madeira, MDF, plástico ABS ou material equivalente;
- Peso líquido do gabinete: não superior a 7 kg, devendo o valor constar no documento técnico do fabricante com as especificações do produto;
- Dimensões: a caixa deverá ter dimensões compatíveis com caixas passivas de pequeno porte, não excedendo 35 cm em nenhuma das dimensões principais (altura, largura ou profundidade);
- Instalação: deve permitir instalação em suporte de parede compatível com seu formato;
- Acessórios: devem acompanhar todos os acessórios originais necessários ao funcionamento, conforme padrão do fabricante (parafusos, conectores, adaptadores, quando aplicável);
- Documentação técnica: deverá ser apresentado o manual de instruções ou catálogo técnico oficial do fabricante em português (impresso ou digital) ou acompanhado de tradução simples, contendo as informações técnicas necessárias para comprovação das especificações;
- Garantia: mínima de 12 meses, abrangendo todos os componentes do equipamento, mão de obra, peças, reparo ou substituição em caso de falhas de funcionamento ou defeitos de





fabricação, com atendimento realizado por assistência técnica própria, autorizada ou do fabricante, conforme a necessidade;

- Assistência Técnica: o fornecedor deverá assegurar suporte técnico durante o período de garantia, podendo ser próprio, autorizado ou prestado pelo fabricante, com atendimento remoto ou presencial conforme a necessidade, sem restrição de localidade;
- Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

#### 14.12. Suporte de parede para caixas de som

- Objeto: aquisição de suporte metálico ou equivalente, destinado à fixação de caixas de som passivas de pequeno porte em parede;
- Compatibilidade: compatível com caixas até 35 cm de dimensão máxima com peso de até 7 kg ou superior (típico para modelos de 50 W RMS);
- Capacidade de carga: máxima de 7 kg, recomendando-se margem de segurança mínima de 20% ou conforme especificado pelo fabricante. O fabricante deverá informar a capacidade nominal de carga;
- Estrutura e material: fabricado em aço carbono, aço estrutural, aço inox ou alumínio ou material equivalentes, com tratamento anticorrosivo (fosfatização, galvanização ou equivalente), e pintura eletrostática ou acabamento equivalente;
- Fixação à parede: o suporte deverá permitir a fixação segura, orientação adequada e ajuste mínimo da caixa de som, garantindo estabilidade e instalação correta em divisórias em MDF, drywall, ou paredes de alvenaria ou material equivalente. Deverá permitir fixação universal, utilizando furação traseira ou inferior padrão de mercado, ou fixação por cinta, garra, abraçadeira metálica ou sistema equivalente;
- Ajustes mínimos: Inclinação vertical (*tilt*) mínimo  $\pm 15^\circ$  ou equivalente, e Giro horizontal (*pan*) opcional;
- Acessórios: devem acompanhar todos os acessórios originais necessários à instalação, conforme padrão do fabricante (parafusos, buchas, arruelas etc.);
- Documentação técnica: entregar manual de instalação em português (impresso ou digital);



- Garantia: mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com substituição do produto sem ônus para a Administração, quando constatada falha estrutural, defeito de material, soldagem, pintura ou acabamento;
- Assistência Técnica: o fornecedor deverá assegurar atendimento ao chamado durante o período de garantia, providenciando a substituição do suporte ou das peças defeituosas, quando aplicável, não sendo exigida assistência técnica especializada;
- Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

#### 14.13.Kit microfone de lapela cardioide

- Características gerais: sistema profissional de microfone sem fio, composto por microfone de lapela (*lavalier*), transmissor portátil (*body pack* ou equivalente) e receptor compatível, adequado para uso institucional em ambientes internos como auditórios, salas de aula, e conferências;
- Microfone:
  - ✓ Tipo de transdutor: condensador pré-polarizado (*electret condenser*) ou tecnologia equivalente para captação clara de voz, com boa sensibilidade e baixa distorção;
  - ✓ Padrão polar/Diretividade: cardioide, ou tecnologia equivalente que privilegie captação frontal e rejeição adequada de sons laterais e traseiros;
  - ✓ Resposta de frequência: entre 60 Hz e 15 kHz, ou equivalente funcional, adequada para captação de voz humana com clareza e inteligibilidade;
  - ✓ Sensibilidade: entre -40 dB e -65 dB, ou equivalente funcional;
  - ✓ Relação sinal-ruído (SNR): mínimo de 58 dB, ou equivalente funcional, garantindo captação limpa com baixo ruído de fundo;
  - ✓ Qualidade de áudio: deve apresentar boa inteligibilidade da fala, baixa microfonia (*feedback*), baixa distorção, e estabilidade tonal mesmo com movimento do usuário;
  - ✓ Estrutura e materiais: construído em plástico reforçado, metal leve, ABS, PA, TPE ou equivalente, com presilha metálica ou em material resistente para fixação na lapela, gola ou vestuário;



- ✓ Cabo: com resistência mecânica adequada para uso contínuo, com revestimento em PVC, TPE, borracha flexível ou equivalente, comprimento mínimo de 1 metro, cabo blindado contra interferências eletromagnéticas (EMI/RFI) e com baixa microfonicidade, garantindo operação silenciosa mesmo com movimentação do usuário;
- ✓ Conectores/Compatibilidade: deve aceitar conectores amplamente utilizados em sistemas sem fio. Compatível com transmissores *body pack* amplamente utilizados no mercado, aceitando conectores dos tipos P2 TRS (com ou sem trava), mini-XLR (TA3F/TA4F/TQG), Snap\_On ou outro tipo equivalente. Deverá fornecer o microfone com o conector adequado ao sistema de transmissão sem fio que acompanhar o equipamento ofertado;
- ✓ Padrão de qualidade de áudio: deve apresentar boa inteligibilidade da fala, baixa distorção, relação sinal-ruído elevada (SNR), e estabilidade tonal mesmo com movimento da cabeça, garantindo captação clara da voz em ambientes institucionais;
- ✓ Acessórios: deve acompanhar espuma (*windshield*) de proteção contra ruído de respiração e vento, clipe/presilha de fixação, e demais acessórios que componham o kit padrão, tais como presilha, grampo, *hook*, *strap* ou equivalente, estojo, bolsa ou embalagem apropriada para transporte, conforme o padrão do fabricante, e outros acessórios que acompanhem o modelo original, sem acréscimo de preço se integrarem o kit de fábrica;
- Transmissor portátil (*body pack* ou equivalente):
  - ✓ Tipo: transmissor sem fio portátil, próprio para microfones de lapela;
  - ✓ Faixa de transmissão: sistema UHF, VHF, ou 2,4 GHz digital, ou tecnologia equivalente amplamente utilizada no mercado;
  - ✓ Potência de transmissão: potência adequada para garantir operação estável conforme o padrão do fabricante, sem restrição de tecnologia;
  - ✓ Conector de entrada: compatível com o conector do microfone fornecido;
  - ✓ Alimentação: baterias AA ou recarregáveis, conforme padrão do fabricante;
  - ✓ Autonomia: mínima de 6 horas, ou equivalente funcional;



- Receptor sem fio:
  - ✓ Tipo: receptor para microfone sem fio, compatível com o transmissor do kit, com recepção estável e seletividade adequada;
  - ✓ Faixa de recepção: compatível com a faixa de transmissão do transmissor (UHF / VHF / 2,4 GHz ou equivalente);
  - ✓ Saídas: receptor compatível com o transmissor ofertado, com saídas balanceada e desbalanceada (XLR e/ou P10), conforme padrão do fabricante; e receptor que opere na mesma faixa de transmissão do transmissor, com estabilidade e diversidade adequada;
  - ✓ Alimentação: fonte externa ou alimentação direta, conforme padrão do fabricante;
- Alcance: mínimo de 30 metros em linha de visada, ou equivalente funcional conforme tecnologia empregada;
- Acessórios do sistema: fonte de alimentação do receptor, cabos de conexão apropriados, antenas (se aplicável), e itens standard do fabricante;
- Certificações: o transmissor, o receptor e quaisquer componentes do sistema que operem por radiofrequência (UHF, VHF, 2,4 GHz ou equivalente) deverão possuir **certificação ANATEL**, conforme regulamentação vigente. A comprovação deverá ser apresentada **no momento da entrega** do equipamento, mediante documento oficial contendo o número de homologação aplicável ao modelo ofertado;
- Documentação técnica: deverá ser apresentado o manual de instruções ou catálogo técnico oficial do fabricante em português (impresso ou digital) ou acompanhado de tradução simples, contendo as informações técnicas necessárias para comprovação das especificações;
- Garantia: mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com substituição do produto sem ônus para a Administração, quando constatada falha estrutural, defeito de material, soldagem, pintura ou acabamento;
- Assistência técnica: o fornecedor deverá garantir suporte técnico durante o período de garantia, podendo ser próprio, autorizado ou prestado pelo fabricante, com atendimento remoto ou presencial conforme a necessidade, sem restrição de localidade;
- Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às



características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

#### 14.14.Kit de microfone auricular (headset) cardioide

- Características gerais: sistema profissional de microfone sem fio, composto por microfone auricular, transmissor portátil (*body pack* ou equivalente) e receptor compatível, adequado para uso institucional em ambientes internos como auditórios, salas de aula, e conferências;
- Microfone:
  - ✓ Tipo de transdutor: condensador pré-polarizado (*electret condenser*) ou tecnologia equivalente para captação clara de voz, com boa sensibilidade e baixa distorção;
  - ✓ Padrão polar/Diretividade: cardioide, ou tecnologia equivalente que privilegie captação frontal e rejeição adequada de sons laterais e traseiros;
  - ✓ Resposta de frequência: entre 60 Hz e 15 kHz, ou equivalente funcional, adequada para captação de voz humana com clareza e inteligibilidade;
  - ✓ Sensibilidade: entre -40 dB e -65 dB, ou equivalente funcional;
  - ✓ Relação sinal-ruído (SNR): mínimo de 58 dB, ou equivalente funcional, garantindo captação limpa com baixo ruído de fundo;
  - ✓ Qualidade de áudio: deve apresentar boa inteligibilidade da fala, baixa microfonia (*feedback*), baixa distorção, e estabilidade tonal mesmo com movimento do usuário;
  - ✓ Estrutura e materiais: construído em materiais leves e resistentes, como plástico reforçado, ABS, PA, TPE e/ou metal leve. Deve possuir arco de orelha, face ou modelo *head-worn*, ou haste flexível com ajuste anatômico que permita adaptação a diferentes usuários, garantindo estabilidade lateral e fixação segura na orelha/cabeça durante movimentos naturais, sem risco de deslocamento do microfone;
  - ✓ Cabo: com resistência mecânica adequada para uso contínuo, com revestimento em PVC, TPE, borracha flexível ou equivalente, comprimento mínimo de 1 metro, cabo blindado contra interferências eletromagnéticas (EMI/RFI) e com baixa microfonicidade, garantindo operação silenciosa mesmo com movimentação do usuário;
  - ✓ Conectores/Compatibilidade: deve aceitar conectores amplamente utilizados em sistemas sem fio. Compatível com transmissores *body pack* amplamente utilizados no



mercado, aceitando conectores dos tipos P2 TRS (com ou sem trava), mini-XLR (TA3F/TA4F/TQG), *Snap\_On* ou outro tipo equivalente. Deverá fornecer o microfone com o conector adequado ao sistema de transmissão sem fio que acompanhar o equipamento ofertado;

- ✓ Padrão de qualidade de áudio: deve apresentar boa inteligibilidade da fala, baixa distorção, relação sinal-ruído elevada (SNR), e estabilidade tonal mesmo com movimento da cabeça, garantindo captação clara da voz em ambientes institucionais;
- ✓ Acessórios: deve acompanhar espuma (*windshield*) de proteção contra ruído de respiração e vento, bem como os acessórios que compõem o kit padrão do fabricante, tais como *hook*, *strap*, *ear clip* ou equivalentes, além de estojo, bolsa ou embalagem apropriada para transporte. Devem ser fornecidos todos os acessórios que acompanham o modelo original de fábrica, sem acréscimo de preço;

— Transmissor portátil (*body pack* ou equivalente):

- ✓ Tipo: transmissor sem fio portátil, próprio para microfones de lapela;
- ✓ Faixa de transmissão: sistema UHF, VHF, ou 2,4 GHz digital, ou tecnologia equivalente amplamente utilizada no mercado;
- ✓ Potência de transmissão: potência adequada para garantir operação estável conforme o padrão do fabricante, sem restrição de tecnologia;
- ✓ Conector de entrada: compatível com o conector do microfone fornecido;
- ✓ Alimentação: baterias AA ou recarregáveis, conforme padrão do fabricante;
- ✓ Autonomia: mínima de 6 horas, ou equivalente funcional;

— Receptor sem fio:

- ✓ Tipo: receptor para microfone sem fio, compatível com o transmissor do kit, com recepção estável e seletividade adequada;
- ✓ Faixa de recepção: compatível com a faixa de transmissão do transmissor (UHF / VHF / 2,4 GHz ou equivalente);
- ✓ Saídas: receptor compatível com o transmissor ofertado, com saídas balanceada e desbalanceada (XLR e/ou P10), conforme padrão do fabricante; e receptor que opere na mesma faixa de transmissão do transmissor, com estabilidade e diversidade adequada;
- ✓ Alimentação: fonte externa ou alimentação direta, conforme padrão do fabricante;





- Alcance: mínimo de 30 metros em linha de visada, ou equivalente funcional conforme tecnologia empregada;
- Acessórios do sistema: fonte de alimentação do receptor, cabos de conexão apropriados, antenas (se aplicável), e itens standard do fabricante;
- Certificações: o transmissor, o receptor e quaisquer componentes do sistema que operem por radiofrequência (UHF, VHF, 2,4 GHz ou equivalente) deverão possuir **certificação ANATEL**, conforme regulamentação vigente. A comprovação deverá ser apresentada **no momento da entrega** do equipamento, mediante documento oficial contendo o número de homologação aplicável ao modelo ofertado;
- Documentação técnica: deverá ser apresentado o manual de instruções ou catálogo técnico oficial do fabricante em português (impresso ou digital) ou acompanhado de tradução simples, contendo as informações técnicas necessárias para comprovação das especificações;
- Garantia: mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com substituição do produto sem ônus para a Administração, quando constatada falha estrutural, defeito de material, soldagem, pintura ou acabamento;
- Assistência Técnica: o fornecedor deverá garantir suporte técnico durante o período de garantia, podendo ser próprio, autorizado ou prestado pelo fabricante, com atendimento remoto ou presencial conforme a necessidade, sem restrição de localidade;
- Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

#### 14.15. Equipamento de vídeo conferência

- Características gerais: Aquisição de equipamento de videoconferência do tipo *All-in-One*, contendo câmera PTZ, microfones e alto-falantes integrados, destinado ao uso institucional em sala de reunião com dimensões aproximadas de 10 metros de profundidade por 4 metros de largura, para utilização em plataformas de videoconferência.
- Sistema Geral: O equipamento deverá ser do tipo All-in-One, integrando em um único corpo funcional:
  - ✓ Câmera PTZ motorizada;



- ✓ Matriz de microfones embutidos;
- ✓ Alto-falantes integrados;
- ✓ Processamento interno de áudio e vídeo;
- ✓ Conectividade USB e/ou HDMI.

Deverá operar em modo plug and play, sem necessidade de controladores externos;

— Especificações da Câmera PTZ:

- ✓ Resolução de vídeo: mínima Full HD (1920×1080), devendo suportar resolução 4K (3840×2160);
- ✓ Lente com Zoom: mínimo 5× podendo ser óptico ou digital;
- ✓ Funções motorizadas PTZ: Pan (movimentos laterais), Tilt (movimentos verticais), Zoom, todos controláveis via controle remoto, software ou interface USB;
- ✓ Auto Tracking / Speaker Tracking: sistema de rastreamento automático do orador, utilizando inteligência artificial ou tecnologia equivalente, para enquadramento dinâmico;
- ✓ Campo de visão horizontal: mínimo 70°;
- ✓ Correção automática de iluminação: WDR, BLC ou tecnologia equivalente;

— Especificações de Áudio:

- ✓ Microfones integrados;
- ✓ Matriz de microfones internos omnidirecionais;
- ✓ Alcance mínimo efetivo de captação: 4 metros;

— Processamento interno de áudio: incluir cancelamento de eco, redução de ruído e operação em full duplex ou tecnologias equivalentes; Alto-falantes integrados embutidos com potência adequada para salas de reunião e salas de aula de porte médio; e Sistema de áudio otimizado para voz;

— Conectividade: mínimo USB 3.0 ou superior para conexão plug and play com computadores; HDMI para saída ou entrada de vídeo (quando aplicável); Interface de rede Ethernet RJ-45, quando prevista pelo fabricante; e compatibilidade com dispositivos adicionais via Bluetooth ou Wi-Fi, quando disponível.

— Compatibilidade com Softwares e Sistemas de Videoconferência: deverá ser compatível com, no mínimo, as seguintes plataformas: Zoom, Microsoft Teams, Google Meet, e outras



- plataformas de videoconferência baseadas em USB, equivalentes ou superiores. Compatibilidade plug and play com sistemas operacionais Windows e/ou MacOS;
- Segurança e Protocolos: suporte a protocolos de comunicação segura, como HTTPS/TLS, quando aplicável ao modelo;
  - Certificações: no mínimo **Certificação ANATEL**, quando o equipamento possuir módulos de radiofrequência (Wi-Fi, Bluetooth ou similares);
  - Documentação técnica: deverá ser apresentado o manual de instruções ou catálogo técnico oficial do fabricante em português (impresso ou digital) ou acompanhado de tradução simples, contendo as informações técnicas necessárias para comprovação das especificações;
  - Garantia: mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com substituição do produto sem ônus para a Administração, quando constatada falha estrutural, defeito de material, soldagem, pintura ou acabamento; deverá disponibilizar atualizações de firmware durante o período de garantia;
  - Assistência Técnica: o fornecedor deverá assegurar atendimento ao chamado durante o período de garantia, providenciando a substituição do suporte ou das peças defeituosas, quando aplicável, não sendo exigida assistência técnica especializada;
  - Itens de Entrega: equipamento completo *All-in-One*, com câmera PTZ, microfones e alto-falantes integrados, pronto para uso imediato; cabos de conexão necessários (USB, HDMI ou outros exigidos pelo fabricante); Controle remoto, quando aplicável; Kit de fixação (mesa ou parede), quando previsto pelo fabricante;
  - Condições de entrega: o produto deverá ser entregue novo, original, lacrado, acompanhado de todos os acessórios originais e corresponder integralmente às características descritas na documentação técnica apresentada na proposta e às especificações deste Termo de Referência.

#### 14.16.Cabo HDM. Cada cabo com no mínimo 10 metros

- Tipo: Compatível com HDMI 2.0 ou superior;
- Comprimento mínimo: 10 metros;
- Resolução: 4K (3840 × 2160) a 60 Hz;
- Largura de banda: mínima de 18 Gbps;
- Desempenho: equivalente aos cabos classificados como High Speed ou superior;



- Conectores HDMI tipo A nas duas extremidades;
- Blindagem; simples, dupla ou equivalente, garantindo proteção eficaz contra EMI/RFI;
- Material: revestimento em PVC, nylon trançado ou equivalente, que assegure resistência mecânica adequada para uso contínuo;
- Condições de entrega: os produtos deverão ser entregues novos, originais de fábrica, devidamente acondicionados, sem uso, em perfeitas condições físicas e funcionais, acompanhados de identificação do fabricante e especificações do modelo;
- Garantia: mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação, devendo o fornecedor realizar a substituição do item defeituoso sem ônus para a Administração durante o período de garantia.

#### **14.17.Cabo HDMI. Cada cabo com no mínimo 15 metros**

- Tipo: compatível com HDMI 2.0 ou superior;
- Comprimento: mínimo: 15 metros;
- Resolução: 4K (3840 × 2160) a 60 Hz;
- Largura de banda: mínima de 18 Gbps;
- Desempenho: equivalente aos cabos classificados como High Speed ou superior;
- Conectores HDMI tipo A nas duas extremidades;
- Blindagem; simples, dupla ou equivalente, garantindo proteção eficaz contra EMI/RFI;
- Material: revestimento em PVC, nylon trançado ou equivalente, que assegure resistência mecânica adequada para uso contínuo;
- Garantia: mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação, devendo o fornecedor realizar a substituição do item defeituoso sem ônus para a Administração durante o período de garantia;
- Condições de entrega: os produtos deverão ser entregues novos, originais de fábrica, devidamente acondicionados, sem uso, em perfeitas condições físicas e funcionais, acompanhados de identificação do fabricante e especificações do modelo.

#### **14.18.Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 3,00 metros de comprimento**

- Tipo: cabo de áudio com conectores P2 (3,5 mm) macho para P10 (6,35 mm) macho;
- Comprimento: mínimo 3 metros;
- Conectores: metálicos com tratamento anticorrosão;



- Cabo: com blindagem simples, dupla ou equivalente, com proteção contra EMI/RFI;
- Condutores: em cobre, CCA ou equivalente;
- Revestimento: em PVC, nylon trançado ou equivalente;
- Garantia: mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação, devendo o fornecedor realizar a substituição do item defeituoso sem ônus para a Administração durante o período de garantia;
- Condições de entrega: os produtos deverão ser entregues novos, originais de fábrica, devidamente acondicionados, sem uso, em perfeitas condições físicas e funcionais, acompanhados de identificação do fabricante e especificações do modelo.

**14.19.Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 4,00 metros de comprimento**

- Tipo: cabo de áudio com conectores P2 (3,5 mm) macho para P10 (6,35 mm) macho;
- Comprimento: mínimo 4 metros;
- Conectores: metálicos com tratamento anticorrosão;
- Cabo: com blindagem simples, dupla ou equivalente, com proteção contra EMI/RFI;
- Condutores: em cobre, CCA ou equivalente;
- Revestimento: em PVC, nylon trançado ou equivalente;
- Garantia: mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação, devendo o fornecedor realizar a substituição do item defeituoso sem ônus para a Administração durante o período de garantia;
- Condições de entrega: os produtos deverão ser entregues novos, originais de fábrica, devidamente acondicionados, sem uso, em perfeitas condições físicas e funcionais, acompanhados de identificação do fabricante e especificações do modelo.

**14.20.Cabo paralelo de áudio blindado 2 x 1 mm, rolo com 100 metros**

- Tipo: cabo paralelo de áudio, com 2 condutores;
- Secção dos condutores: 1,0 mm<sup>2</sup> cada ( $\pm$  tolerância padrão de fabricação);
- Condutores: em cobre, CCA ou equivalente tecnicamente aceitável;
- Cabo: com blindagem simples, dupla ou equivalente, com proteção contra EMI/RFI;
- Isolação: individual dos condutores em material resistente (PVC ou equivalente);
- Material: capa externa em PVC ou equivalente, adequada ao uso contínuo;



- Rolo com 100 metros, contínuo, devidamente identificado;
- Garantia: mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação, devendo o fornecedor realizar a substituição do item defeituoso sem ônus para a Administração durante o período de garantia;
- Condições de entrega: os produtos deverão ser entregues novos, originais de fábrica, devidamente acondicionados, sem uso, em perfeitas condições físicas e funcionais, acompanhados de identificação do fabricante e especificações do modelo.

#### **14.21. Conector P10 macho**

- Tipo: conector P10 macho (6,35 mm);
- Tipo de sinal: padrão TS (mono) ou TRS (estéreo);
- Material: corpo metálico ou em material resistente, com condutor metálico e contatos niquelados ou equivalente, garantindo boa durabilidade e transmissão estável do sinal
- Garantia: mínima de 90 (noventa) dias contra defeitos de fabricação, devendo o fornecedor realizar a substituição do item defeituoso sem ônus para a Administração durante o período de garantia;
- Condições de entrega: os produtos deverão ser entregues novos, originais de fábrica, devidamente acondicionados, sem uso, em perfeitas condições físicas e funcionais, acompanhados de identificação do fabricante e especificações do modelo.



Emitido em 09/06/2026

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 168/2026 - EM-DIA (11.02.06.02)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 10/06/2026 08:50 )*  
KARLA CRISTIANE DA SILVEIRA CORREA  
CHAFFIN VIEIRA  
ANALISTA JUDICIÁRIO - SEM ESPECIALIDADE  
EM-SERM (11.02.06.02.03)  
Matrícula: 1974831

*(Assinado digitalmente em 09/06/2026 15:44 )*  
CRISTINA LEANDRO AZEVEDO SILVA  
COORDENADOR EXECUTIVO - TITULAR  
CHEFE DE UNIDADE  
EM-CEX (11.02.06)  
Matrícula: 1510878

*(Assinado digitalmente em 09/06/2026 15:22 )*  
DENISE FERREIRA QUEIROZ DE MELO  
CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRATIVA - ESMARN - TITULAR  
CHEFE DE UNIDADE  
EM-DIA (11.02.06.02)  
Matrícula: 2046881



Para verificar a autenticidade deste documento entre em  
<https://sigajus.tjrj.jus.br/documentos/> informando seu número: **168**, ano: **2026**, tipo:  
**TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **09/06/2026** e o código de verificação:  
**812c2e2c41**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº - 889/2025**  
**PROCESSO SIGAJUS Nº 04301.000889/2025-89**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA A MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE MULTIMÍDIA DESTINADOS AOS ESPAÇOS DE ENSINO, E APOIO ADMINISTRATIVOS, POR MEIO DE ATUALIZAÇÃO COM NOVOS RECURSOS, COM VISTAS AO APRIMORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE ENSINO E CONECTIVIDADE INSTITUCIONAL.**

Elaborado por: Denise Ferreira Queiroz de Melo  
Matrícula nº: 204.688-1

Cristina Leandro Azevedo Silva  
Matrícula nº: 151.087-8

Karla Cristiane da S. C. Chaffin Vieira  
Matrícula nº: 197.483-1

---

## SUMÁRIO

---

1. INTRODUÇÃO .....	3
2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	3
3. DA PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÃO ANUAL - PCA..	5
4. DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TJRN .....	5
5. DA DESCRIÇÃO DAS SOLUÇÕES / DA DEFINIÇÃO DO OBJETO .....	5
6. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E SEUS QUANTITATIVOS .....	7
7. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES .....	20
8. DO LEVANTAMENTO DE MECARDO .....	22
9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	24
10. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	26
11. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.....	27
12. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO .....	28
13. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS.....	28
14. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS .....	29
15. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES .....	29
16. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.....	29
17. DO GERENCIAMENTO DE RISCOS .....	30
18. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO .....	33

**Processo SIGAJUS Nº 04301.000889/2025-89**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Equipe de Planejamento da Contratação  
(Portaria nº 76/2025 – Esmarn)

**Estudo Técnico Preliminar para a modernização dos equipamentos de multimídia destinados aos espaços de ensino, e apoio administrativos, por meio de atualização com novos recursos, com vistas ao aprimoramento das condições de ensino e à conectividade institucional na Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN.**

## 1. INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar (ETP), enquanto documento constitutivo da etapa inicial do planejamento das contratações públicas, reveste-se da natureza de instrumento estratégico indispensável à adequada instrução do procedimento licitatório.

Sua exigência encontra fundamento no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – NLLCA), bem como na Instrução Normativa Seges nº 58, de 8 de agosto de 2022, e, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, na Portaria TJRN nº 1.560, de 15 de dezembro de 2023.

A elaboração do referido estudo visa fornecer subsídios técnicos que possibilitem a análise da viabilidade das contratações, contemplando aspectos de ordem técnica, socioeconômica e ambiental, de modo a assegurar maior eficiência, economicidade e segurança jurídica aos processos administrativos.

O presente procedimento administrativo tem por objeto a modernização dos equipamentos de multimídia destinados aos espaços de ensino, e apoio administrativos, por meio de atualização com novos recursos, visando o aprimoramento das condições de ensino e à conectividade institucional na Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN.

## 2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

*(§ 1º, inciso I, do artigo 18º da Lei nº 14.133/2021)*

- 2.1.** A Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte, consoante estabelecido no art. 2º da Resolução nº 67/2017 - TJRN possui, entre outras, a função de promover a formação continuada de magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN), bem como a pesquisa e o debate sobre temas relevantes, a fim de colaborar para o

desenvolvimento da Ciência do Direito, o aperfeiçoamento na elaboração, na interpretação e aplicação das leis e da Justiça.

- 2.2. Para o desenvolvimento de suas atribuições, a Escola da Magistratura dispõe de uma estrutura física composta por área de convivência, salas de aula e de informática, auditório e miniauditórios voltados à realização de cursos, seminários, treinamentos, encontros estaduais e nacionais, simpósios e palestras, sempre com o fito à capacitação de magistrados e servidores do PJRN, colaboradores externos e operadores do Direito.
- 2.3. Ressalta-se a necessidade de modernização dos equipamentos de multimídia atualmente em uso nos espaços de ensino e de apoio administrativo da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – Esmarn. Tais equipamentos, com mais de 10 (dez) anos de utilização, encontram-se em avançado estado de obsolescência, apresentando desgaste natural e limitações tecnológicas que comprometem a qualidade das atividades pedagógicas e administrativas, dificultando o emprego de ferramentas digitais modernas e metodologias contemporâneas de ensino e gestão.
- 2.4. Saliente-se, ainda, que nos termos das Resoluções nº 20/2019 – TJRN e nº 65/2021 – TJRN, que dispõem sobre o controle e a baixa de bens móveis permanentes e estabelecem a Tabela de Depreciação, Amortização e Exaustão no âmbito do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, o prazo de vida útil desses equipamentos é de 10 (dez) anos. Ultrapassado esse período, devem ser considerados inservíveis, o que reforça, sob a ótica normativa, a imprescindibilidade de sua substituição.
- 2.5. A modernização tecnológica, por sua vez, proporcionará maior eficiência, confiabilidade e qualidade na transmissão de conteúdos, além de possibilitar a adoção de metodologias ativas, recursos multimídia avançados e ensino híbrido, atendendo às demandas atuais de ensino-aprendizagem.
- 2.6. Com vistas às mesmas razões já mencionadas, a aquisição desses equipamentos justifica-se pela necessidade de aprimorar os recursos audiovisuais disponíveis nos espaços institucionais, de modo a viabilizar a realização de atividades acadêmicas, administrativas e eventos com maior qualidade técnica, garantindo maior integração entre os magistrados, discentes, corpo docente e gestores.
- 2.7. Por fim, ressaltamos que a modernização dos equipamentos de multimídia contribuirá tanto para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem, quanto para o aumento da eficiência das atividades administrativas.

### **3. DA PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÃO ANUAL - PCA**

*(§ 1º, inciso II, do artigo 18º da Lei nº 14.133/2021)*

- 3.1. O Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2025, aprovado e publicado na Portaria nº 1.382, de 29 de outubro de 2024, prevê a realização da despesa nos **itens de ID 147, ID 148 e ID 82.**

### **4. DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TJRN**

- 4.1. O Plano de Logística Sustentável – PLS (2022/2026) do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (PJRN), instituído pela Resolução nº 30 – TJRN, de 18 de maio de 2022, publicada no DJe, edição nº 3.494, de 19 de maio de 2022, evidencia a relevância da implantação de um modelo de gestão sustentável e da melhoria da qualidade nas contratações públicas.
- 4.2. Em consonância com o referido instrumento normativo e com os princípios da legalidade e da boa gestão, a presente contratação busca equilibrar os requisitos de eficácia — garantia do cumprimento das obrigações; eficiência — cumprimento das obrigações ao menor custo; e economicidade — maior benefício a custo aceitável.
- 4.3. Destaca-se, ainda, a preocupação com o aperfeiçoamento contínuo da qualidade do gasto público, a redução do impacto ambiental por meio da adequada gestão de resíduos e a preservação dos investimentos realizados.
- 4.4. Nesse sentido, a modernização dos equipamentos contribuirá para a redução do consumo de energia, uma vez que os novos dispositivos apresentam maior eficiência energética, e para a sustentabilidade institucional por meio do aumento da durabilidade e confiabilidade tecnológica, diminuição da necessidade de manutenção frequente e otimização do uso de recursos durante as atividades pedagógicas e administrativas.
- 4.5. Essa atualização tecnológica promoverá um ambiente de trabalho mais eficiente e conectado, alinhado às práticas de gestão sustentável previstas no PLS e às metas de inovação e qualidade do serviço público.
- 4.6. Os equipamentos a serem adquiridos devem priorizar a eficiência energética, com dispositivos de baixo consumo e sistemas integrados.

### **5. DA DESCRIÇÃO DAS SOLUÇÕES / DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1. Da descrição das soluções:**



Para a modernização dos equipamentos de multimídia nas salas de aula e nos espaços administrativos da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN, as soluções mais viáveis deverão contemplar recursos que promovam maior eficiência, qualidade de áudio e vídeo, compatibilidade com plataformas de videoconferência e redução do consumo energético.

Considerando que os equipamentos de multimídia serão utilizados de forma frequente e quase diária nas salas de aula e espaços administrativos da escola, a opção mais viável será a **aquisição dos equipamentos**, em detrimento de um contrato de locação eventual, que, no caso em tela, ocorreria mediante Sistema de Registro de Preços (SRP).

Com a compra dos dispositivos, haverá disponibilidade contínua e imediata, inclusive em situações emergenciais, garantindo o uso ininterrupto. Além disso, a aquisição permite controle total sobre a instalação, configuração e integração com a infraestrutura existente, possibilitando ajustes conforme as necessidades específicas da instituição.

No caso de locação (SRP), embora haja formalmente a possibilidade de uma contratação rápida, o uso imediato poderia ser limitado por procedimentos administrativos internos e pelo planejamento de fornecimento da contratada, não assegurando a mesma previsibilidade e prontidão que a aquisição direta proporciona.

Do ponto de vista financeiro, a aquisição, embora demande um investimento inicial maior, apresenta melhor custo-benefício no médio e longo prazo. Com a compra, a escola garante custo previsível e único, sem depender de pagamentos recorrentes, taxas administrativas ou reajustes de preços. Em contraste, a locação gera despesas contínuas que, no caso de uso intenso quase diário, tendem a superar rapidamente o custo de aquisição. Além disso, contratos de locação podem implicar custos indiretos relacionados à gestão contratual e eventuais demandas emergenciais fora do planejamento, afetando a previsibilidade financeira.

Assim, a aquisição proporcionará maior eficiência econômica, uso contínuo, e segurança na gestão dos recursos públicos, sendo a solução mais adequada para o caso em tela.

Diante de todo o exposto, **considerando a frequência de uso, a necessidade de disponibilidade imediata, o controle sobre instalação e integração com a infraestrutura existente, bem como o melhor custo-benefício no médio e longo prazo, conclui-se que a solução mais eficaz para atender às demandas da ESMARN será a aquisição dos equipamentos de multimídia.**

Para tanto, deverão ser adquiridos equipamentos capazes de modernizar as salas de aula e os espaços administrativos, incluindo: projetores de alta luminosidade, sistemas de áudio integrados com alto-falantes, equipamentos de videoconferência e quadro/lousa interativa, todos compatíveis com plataformas de videoconferência padrão e com conectividade para computadores, notebooks e dispositivos móveis.

## 5.2. Do objeto

O objeto da presente contratação consiste, portanto, na **aquisição de equipamentos de multimídia destinados aos espaços de ensino e apoio administrativos da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN.**

## 6. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E SEUS QUANTITATIVOS

---

### 6.1. Das especificações do objeto:

**6.1.1.** Considerando a diversidade de ambientes e finalidades de uso (administrativo e pedagógico), parte dos equipamentos será de natureza fixa e parte portátil, de modo a possibilitar melhor usabilidade, flexibilidade operacional e racionalização da despesa institucional.

Essa combinação de equipamentos (fixos e portáteis) permitirá atender de forma eficiente, segura e flexível todas as demandas de ensino e administrativas da Esmarn, garantindo maior aproveitamento dos recursos públicos.

Nos espaços de ensino, especialmente salas de aula serão instalados equipamentos fixos, como projetores, sistemas de som e telas de projeção integrados, de forma a atender ao uso contínuo e cotidiano das atividades pedagógicas.

A opção pela instalação de equipamentos fixos nas salas de aula fundamenta-se em critérios técnicos e pedagógicos, considerando o uso contínuo e a necessidade de qualidade operacional nos ambientes de ensino. As principais razões são:

- **Disponibilidade imediata e operação simplificada:** equipamentos fixos estão sempre prontos para uso, eliminando a necessidade de montagem e configuração constantes.
- **Estabilidade e qualidade técnica:** a fixação garante alinhamento correto de projetores e câmeras, evitando falhas de imagem, som ou conexão que poderiam prejudicar as atividades pedagógicas.

- **Segurança e durabilidade:** equipamentos fixos sofrem menos manuseio, reduzindo o risco de danos físicos ou desgaste prematuro.
- **Redução de riscos e acidentes:** equipamentos portáteis frequentemente exigem a passagem de muitos fios pela sala, o que pode provocar acidentes, como tropeços ou quedas, especialmente em ambientes com circulação de alunos e servidores.
- **Integração com infraestrutura existente:** salas de aula contam com pontos de energia, rede e conectividade preparados para equipamentos permanentes, permitindo aproveitamento pleno das funcionalidades de multimídia.
- **Padronização e uniformidade de uso:** a fixação garante que todos os usuários tenham a mesma experiência tecnológica, sem depender de ajustes individuais ou conhecimento técnico para montar dispositivos portáteis.

Por sua vez, os equipamentos portáteis, como microfones e equipamentos de vídeo conferência, serão destinados ao apoio das atividades administrativas e institucionais, em diferentes ambientes, garantindo mobilidade, otimização de recursos e ampliação do alcance das ações desenvolvidas pela Esmarn.

Essa mobilidade garante flexibilidade operacional, permitindo que um mesmo conjunto de equipamentos possa atender a múltiplas demandas sem necessidade de aquisição duplicada de dispositivos, promovendo otimização dos recursos públicos. Além disso, amplia-se significativamente o alcance das ações desenvolvidas pela Escola, possibilitando a realização de reuniões, palestras, cursos e eventos híbridos ou remotos, mantendo a qualidade técnica e a efetividade da comunicação institucional.

#### 6.1.2. Uso nas salas de aula:

Considerando o uso contínuo e a necessidade de qualidade pedagógica, serão adquiridos equipamentos de exibição e projeção, tais como:

- Projetores de alta luminosidade com suporte para instalação;
- Telas de projeção retráteis: a aquisição de tela de projeção retrátil revela-se igualmente indispensável para a adequada utilização do projetor multimídia, assegurando qualidade visual, padronização e melhor organização do ambiente. Diferentemente de paredes comuns ou superfícies improvisadas, que frequentemente apresentam irregularidades, reflexos, interferência de luz ou coloração inadequada, a tela de projeção oferece acabamento técnico

próprio para a reprodução de imagens com nitidez, contraste e luminosidade compatíveis com padrões exigidos em aulas, reuniões e eventos institucionais.

- Lousas interativas.
- Além disso, serão instalados sistemas de áudio adequados ao ambiente, compostos por:
  - Caixas de som;
  - Mixer-amplificador integrado;
  - Microfones de lapela; e
  - Microfones auriculares (headset).

#### **6.1.3. Uso nos demais ambientes da escola:**

Para uso nos demais ambientes da escola, recomenda-se a aquisição de um sistema de videoconferência, com o objetivo de viabilizar reuniões, encontros de planejamento, promovendo a integração entre setores e parceiros externos, otimizando recursos.

A proposição é a aquisição de um sistema de videoconferência, composto por câmera de alta resolução com amplo ângulo e capacidade de panorâmica, microfones e alto-falantes que garantem captação e reprodução de áudio clara em todo o ambiente, além de conectividade com diferentes plataformas de videoconferência. O sistema inclui ainda uma tela interativa, que permite projeção de conteúdos digitais e interação direta durante reuniões, apresentações e atividades pedagógicas, ampliando a participação e o engajamento dos usuários.

#### **6.1.4. Considerando o exposto sugere-se a aquisição dos seguintes equipamentos:**

**6.1.4.1. Equipamentos de exibição e projeção:** considerando as dimensões das salas (7,00 m de largura por 10,00 m de profundidade), exceto a Sala 4, que mede 10,00 m por 10,00 m, recomenda-se a aquisição de equipamentos com as seguintes características:

##### **a) Projetores multimídia:**

Instalado de forma fixa, elimina-se a necessidade de deslocamentos, testes manuais constantes e adaptações prévias antes de cada reunião ou capacitação, possibilitando o início imediato e seguro das atividades. A facilidade de conexão por meio de cabos HDMI e USB possibilitará que qualquer colaborador realize apresentações de maneira rápida e autônoma, sem depender de suporte técnico especializado.

Equipamento com padrão throw ratio, capaz de projetar conteúdos de computadores, dispositivos móveis ou outros aparelhos de mídia, fixados em suporte de teto, com alta luminosidade, resolução Full HD, tecnologia LED, para maior durabilidade e menor consumo de energia, e compatibilidade com múltiplas entradas, incluindo HDMI, USB e conexão sem fio (wireless) e recursos de ajuste de foco e zoom, garantindo qualidade de imagem mesmo em ambientes com iluminação variada.

#### **Síntese:**

---

- **Projetor de multimídia com padrão throw ratio**, alta luminosidade, resolução 4K ou Full HD, tecnologia LED, múltiplas entradas HDMI, USB e conexão sem fio, fixado em suporte de teto: destinada às Salas de aula 1,2,3,4,6 e 7.

#### **b) Telas de projeção retráteis:**

A aquisição de uma tela de projeção retrátil é essencial para a correta utilização do projetor multimídia, garantindo qualidade visual, padronização e melhor organização do ambiente. Diferente de paredes ou superfícies improvisadas, a tela oferece acabamento técnico adequado, assegurando nitidez, contraste e luminosidade ideais para aulas, reuniões e eventos institucionais.

Instalada de forma fixa e retrátil, permite uso prático e imediato, sendo recolhida após a atividade, preservando a estética e a multifuncionalidade do espaço. Além disso, proporciona maior conforto visual, reduz reflexos e irregularidades, promovendo melhor aproveitamento do conteúdo apresentado.

Considerando as características do ambiente recomendamos para a Sala 4, uma tela com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 3,5 m (diagonal  $\approx 158''$ ); para as demais salas, largura mínima de 2,5 m (diagonal  $\approx 120''$ ).

Deve ser instalada nas paredes, retráteis (manuais ou automáticas), em material de alta refletividade, garantindo nitidez e contraste adequados mesmo em ambientes com iluminação moderada.

Observação: sugere-se a aquisição de um equipamento (tela) automático de forma a preservar o equipamento ao não aplicar sobre o mesmo uso de força desproporcional, que venham a danificar o mecanismo. A tela automática aplica exatamente a força necessária, garantindo maior durabilidade e segurança do equipamento.

---

**Síntese:**

- **Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 3,5 m (diagonal ≈158''): destinada à Sala 4.**
- **Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 2,5 m (diagonal ≈120''): destinada às Salas 1, 2, 3, 6 e 7.**

**c) Lousas/telas interativas:**

Dispositivos digitais sensíveis ao toque que permitem exibir e interagir com conteúdo multimídia (apresentações, vídeos, gráficos e anotações), compatíveis com computadores, tablets e outros dispositivos, com previsão para utilização colaborativa em tempo real, armazenamento de anotações e integração com softwares educativos e corporativos. Devem apresentar alta resolução, conectividade variada (USB, HDMI, Wi-Fi/Bluetooth).

Embora o quadro/lousa interativa digital ofereça modernização tecnológica e eficiência pedagógica, o alto custo unitário, especialmente no caso em tela, quando são muitas unidades a serem adquiridas, pode impactar significativamente o orçamento da instituição.

Assim, considerando investimento, número de unidades e retorno pedagógico, que também pode ser atendido por telas de projeção, e buscando equilibrar modernização tecnológica e economicidade, recomendamos o uso das lousas/telas interativas nos seguintes locais:

- **Laboratório de Inovação (Potilab), devido ao caráter mais especializado e colaborativo do espaço. Nestes espaços, os alunos e pesquisadores realizam experimentos, prototipagem, desenvolvimento de projetos e trabalhos interativos, nos quais a integração direta com softwares, simulações e conteúdos digitais é essencial.**
- **Salas de reunião para utilização conjunta com os sistemas de videoconferência, visando potencializar colaboração e produtividade, permitindo apresentações e edição de conteúdos em tempo real, enquanto a videoconferência conecta participantes internos e externos, viabilizando reuniões híbridas, interatividade, registro digital e compartilhamento imediato de informações, promovendo decisões mais ágeis e otimização dos recursos tecnológicos.**



---

**Síntese:**

- **Lousa interativa com no mínimo 98”**, sensível ao toque, com integração a computadores, tablets e softwares educativos e corporativos, com alta resolução, conectividade via entradas USB, HDMI, Wi-Fi/Bluetooth: destinada à Sala 5 – Potilab.
- **Lousa interativa com no mínimo 75”**, sensível ao toque, com integração a computadores, tablets e softwares educativos e corporativos, com alta resolução, conectividade via entradas USB, HDMI e Wi-Fi/Bluetooth, com suporte móvel de forma a permitir seu uso em espaços diversos: destinada à Sala de Reunião Bloco Administrativo e Sala de Reunião Bloco Pedagógico.

**d) Suportes de fixação – lousas/telas interativas:**

Considerando as características físicas dos ambientes e as especificidades de uso das telas interativas, definiu-se a adoção de modelos distintos de suporte com o objetivo de assegurar funcionalidade, estabilidade e segurança operacional em cada espaço, em consonância com as atividades desempenhadas.

Na Sala 5 – Potilab, será instalado suporte fixo de parede, modelo que oferece maior resistência estrutural, ajuste de inclinação e afastamento controlado da tela, facilitando o enquadramento visual dos participantes durante atividades práticas e exposições técnicas. A escolha desse modelo justifica-se pelo uso contínuo e permanente do equipamento no local, e, principalmente, pelo porte e peso da tela interativa de 98 polegadas, que requerem estrutura de fixação robusta e estável para garantir segurança na instalação e durante o uso contínuo.

Nas salas de reunião do Bloco Administrativo e do Bloco Pedagógico, optou-se pela utilização de suportes móveis com rodízios, adequados para telas de 75 polegadas, de menor peso e dimensões, que permitem mobilidade entre os espaços institucionais e versatilidade de uso. Essa configuração possibilita que o equipamento seja utilizado em diferentes ambientes conforme a necessidade, promovendo otimização dos recursos tecnológicos e ampliação do uso pedagógico e institucional das telas interativas. Além disso, os suportes móveis oferecem ajuste de altura, posicionamento ergonômico e facilidade de deslocamento para reuniões, capacitações, apresentações e atividades formativas, garantindo maior dinamismo e flexibilidade operacional.

Assim, a escolha diferenciada dos suportes — fixo para a Sala 5 (Potilab) e móveis para as salas de reunião — decorre não apenas das funções pedagógicas e administrativas atribuídas a cada ambiente, mas também do tamanho e peso dos equipamentos, assegurando condições adequadas de segurança, estabilidade e durabilidade, além de melhor aproveitamento técnico e funcional das telas interativas no contexto institucional da Esmarn.

#### **Síntese:**

---

- **Suporte fixo para lousa interativa com 98”:** estrutura metálica reforçada com pintura eletrostática, capacidade mínima de 100 kg, compatível com padrão VESA mínimo 800 x 600 mm, com ajuste de inclinação (+5°/-15°) e afastamento ajustável (10–60 cm), travas de segurança e passagem para cabos, adequado para instalação permanente em ambientes institucionais.
- **Suporte móvel para tela interativa 75”:** suporte autoportante com rodízios com travas, compatível com painel interativo/lousa digital de aproximadamente 75”, com padrão de fixação VESA mínimo 600 x 400 mm, capacidade de carga mínima de 60 kg, altura ajustável, base estável com travamento dos rodízios, acabamento metálico.

#### **6.1.4.2. Equipamentos de áudio:**

O modelo atualmente utilizado, composto por um equipamento único, caixa amplificada de grande porte, não distribui o som de forma uniforme no ambiente, resultando em áreas com baixa audibilidade e outras com volume excessivo. Essa limitação compromete a clareza do áudio, prejudica a compreensão das falas e causa desconforto aos usuários, especialmente durante aulas, reuniões e videoconferências que exigem equilíbrio acústico.

O sistema de som proposto consiste em um conjunto integrado de equipamentos voltado à reprodução clara e equilibrada de áudio em ambientes de pequeno e médio porte, como salas de aula. A proposição é para a aquisição de mixer amplificado, responsável pelo controle e ajuste dos níveis de entrada e saída de som; caixas de som, que garantem a distribuição uniforme do áudio no ambiente, com potência e nitidez adequadas; e microfones, do tipo fixo, sem fio ou de lapela, que permitem captação clara da voz e mobilidade ao usuário durante apresentações ou aulas.

Os componentes serão interligados ao sistema de projeção multimídia a ser adquirido, permitindo integração entre áudio e vídeo para a exibição de aulas, apresentações e videoconferências com qualidade e sincronização adequadas.

O conjunto busca assegurar eficiência acústica, facilidade de operação e compatibilidade com diferentes dispositivos, contribuindo para um ambiente tecnológico atualizado, confortável e funcional.

**a) Mixer amplificado:**

A solução mais eficaz para implantação nas salas de aula é a aquisição de um único equipamento do tipo mixer amplificador, que processe e amplifique o áudio de microfones, computadores, caixas de som e outros dispositivos, essenciais para a reprodução do som no ambiente.

Para a atual configuração das salas de aula, recomenda-se um mixer amplificador com potência de saída equivalente a no mínimo 400 W RMS, impedância nominal mínima por canal 4 a 8  $\Omega$ , no mínimo 4 a 6 entradas e no mínimo 2 a 4 saídas para caixas de som, controle de volume e equalização por canal, para ajustar graves, médios e agudos, permitindo flexibilidade para múltiplas fontes de áudio.

Cabe esclarecer que a potência especificada apresenta margem de segurança (“sobra técnica”), o que é recomendável em sistemas de sonorização institucional, pois evita sobrecarga, distorções e perda de qualidade do som quando o equipamento opera em volumes mais altos ou quando há variações de impedância decorrentes da quantidade e distância das caixas acústicas conectadas.

A solução proposta preza pela eficiência, compatibilidade com os equipamentos já existentes na Escola, facilidade de instalação e baixa necessidade de manutenção, configurando uma opção vantajosa em termos de custo-benefício.

**Síntese:**

- **Mixer-amplificador com potência de saída equivalente a no mínimo 400 W RMS**, no mínimo 4 entradas e no mínimo 2 a 4 saídas, controle de volume e equalização por canal, com ajuste de graves, médios e agudos: destinada às Salas 1,2,3,4,5,6 e 7.

**a) Caixas de som:**

Para complementar o sistema recomenda-se a aquisição de um conjunto de caixas de som passivas, possibilitando a distribuição uniforme do som nas salas de aula.

As caixas passivas apresentam excelente relação custo-benefício, uma vez que não possuem amplificação própria, sendo alimentadas diretamente pelo mixer amplificador já previsto no sistema. Essa característica reduz o consumo elétrico, simplifica a instalação e assegura maior integração e controle centralizado do áudio, tornando o sistema mais estável e de fácil manutenção.

A instalação será realizada em suportes de parede, permitindo melhor direcionamento e dispersão sonora, com ajuste do ângulo de projeção para assegurar maior cobertura acústica e inteligibilidade da fala. Essa solução também reduz custos de instalação, facilita remanejamentos e manutenções futuras, evitando intervenções estruturais e riscos ao forro, fiação ou iluminação do teto.

**Síntese:**

- **Caixa de som passiva de 50 W RMS**, operando em conjunto com amplificadores externos, impedância compatível (entre 4 a 8  $\Omega$ ), sensibilidade média (em torno de 88 a 92 dB), entrada com conector borne, tipo pressão ou banana, estrutura em MDF ou ABS reforçado: destinado às Salas, 1,2,3,4,5, 6 e 7.

**b) Microfones:**

Em complementação ao sistema proposto, sugere-se a aquisição de microfones de lapela e auricular, de forma a oferecer maior versatilidade e adequação de uso em diferentes ambientes e situações pedagógicas e institucionais.

Embora a Esmarn já disponha em seu patrimônio de microfones com e sem fio, a inclusão dos modelos de lapela e auricular amplia as possibilidades de aplicação, especialmente em aulas, palestras e eventos que demandam mobilidade do apresentador, sem comprometer a clareza e estabilidade do áudio.

Esses equipamentos permanecerão sob a guarda do patrimônio da Escola e serão disponibilizados conforme a demanda, não estando vinculados a nenhum espaço físico específico, mas destinados a atender necessidades pontuais e rotativas dos diversos setores e eventos institucionais.

Os microfones de lapela e auricular devem ser do tipo condensador, com alta sensibilidade e boa rejeição a ruídos externos, garantindo clareza e fidelidade na captação da voz. Devem apresentar conexão compatível com sistemas de som sem fio e com mixer amplificador utilizados na instituição, possibilitando integração com diferentes equipamentos de áudio.

O microfone de lapela deve ser compacto e leve, com clip de fixação discreto, ideal para uso em apresentações, aulas e gravações. Já o microfone auricular deve possuir estrutura ergonômica e ajuste anatômico, proporcionando conforto durante o uso prolongado e captação direcional, adequada para ambientes com maior ruído.

Ambos devem possuir conectores resistentes (tipo P2, P10 ou mini XLR, conforme o transmissor) e faixa de resposta de frequência compatível com a voz humana (aproximadamente 50 Hz a 18 kHz).

Os equipamentos devem ser fabricados com materiais duráveis e de fácil higienização, apresentando boa fixação e resistência mecânica, adequados para uso institucional frequente.

#### **Síntese:**

---

- **Microfone de lapela cardioide:** versão sem fio, operar em frequência estável na faixa UHF digital (470-698 MHz) ou 2,4 GHz), resistente a interferências, conexão com transmissores sem fio, por meio de conectores padronizados (P2, P10, XLR ou adaptadores compatíveis), alcance de no mínimo 20 metros sem interrupção, com cabo reforçado e conector blindado, bateria com autonomia mínima de 6 horas de uso contínuo, com presilha metálica, espuma antiventos e estojo de transporte.
- **Microfone auricular (headset) cardioide:** operar em frequência estável na faixa UHF digital (470-698 MHz) ou 2,4 GHz), resistente a interferências, design ergonômico, com arco ajustável haste flexível, conexões com transmissores sem fio, por meio de conectores padronizados (P2, P10, XLR ou adaptadores compatíveis), bateria com autonomia mínima de 6 horas de uso contínuo, com presilha metálica, espuma antiventos e estojo de transporte.

#### **6.1.4.3. Equipamento de videoconferência:**

Como já ressaltado em momento anterior, a aquisição de equipamento de videoconferência permitirá a realização de reuniões, transmissões, aulas, treinamentos e

eventos híbridos com comunicação audiovisual de alta qualidade, integrando áudio, vídeo e conectividade em tempo real com participantes presenciais e remotos.

Sugere-se a aquisição de 03 unidades a serem instaladas nas duas Salas de Reunião (Bloco Administrativo e Pedagógico) e no Laboratório de Inovação – Potilab.

Deve permitir um campo de visão que enquadre todos os participantes da sala, zoom ótico, reconhecer e acompanhar o orador que estiver falando, ajustando o enquadramento automático, conectividade USB mínima 3.0 ou superior, compatível com computadores, notebooks e sistemas de vídeo conferência padrão, microfones embutidos com alcance adequado a sala de aula, captação que assegure clareza da fala em diferentes pontos da sala, autôfalantes integrados com potência suficiente para audição nítida sem distorções, permitir conexão simultânea (falar e ouvir sem cortes), instalação simples, sem a necessidade de controladores externos e compatibilidade com plataformas Zoom, Microsoft Teams, Google Meet e similares.

#### **Síntese:**

---

▪ **Equipamento de vídeo conferência:** resolução mínima Full HD (1080p), preferencialmente com suporte a 4K, campo de visão mínimo de 180°, zoom ótico ou digital de no mínimo 5x, microfones integrados com alcance mínimo de 8 metros e cancelamento de ruído e eco, captação omnidirecional com cancelamento de ruído, alto-falantes integrados, capacidade de emparelhamento, tecnologia duplex completa, compatibilidade com plataformas Zoom, Microsoft Teams, Google Meet e similares, função PTZ (Pan – Tilt - Zoom), função auto tracking (Speaker tracking), conectividade USB 3.0 ou superior para conexão plug and play, entrada e/ou saída HDMI, e interface de Ethernet (RJ 45). Destinado à Sala de Reunião Bloco Administrativo, Sala de Reunião Bloco Pedagógico, e Sala 5 – Potilab.

#### **6.1.4.4. Conectividade:**

O sistema deverá permitir interligação entre o projetor multimídia (instalado no teto), o mixer amplificador, o computador e as caixas de som, garantindo transmissão de áudio e vídeo de forma estável e sincronizada.

O vídeo deverá ser transmitido via cabo HDMI de alta qualidade (ou adaptador compatível HDMI/Display Port/USB-C).

O áudio deverá ser transmitido do computador ao mixer amplificador por meio de conexão P2 estéreo (3,5 mm) para P10 ou RCA, e distribuído às caixas de som passivas via saídas Speaker Out (P10 ou borne).

Todos os cabos deverão ser blindados e adequados ao comprimento do ambiente, com conectores profissionais e boa fixação, evitando perda de sinal e interferência.

#### **Síntese:**

---

- **Cabo HDMI com no mínimo 10 metros de comprimento:** (transmite som e imagem) interligar o computador para o projetor, destinado às Salas 1,2,3,5,6 e 7;
- **Cabo HDMI com no mínimo 15 metros de comprimento:** (transmite som e imagem) interligar o computador para o projetor, destinado à Sala 4;
- **Cabo de áudio P2 para P10 macho com no mínimo 3,00 metros de comprimento** (transmite o áudio do computador para o mixer amplificador), destinado às Salas 1,2,3,5,6 e 7;
- **Cabo de áudio P2 para P10 macho com no mínimo 4,00 metros de comprimento** (transmite o áudio do computador para o mixer amplificador), destinado à Sala 4;
- **Cabo paralelo de áudio blindado 2 x 1 mm** (transmite o sinal amplificado do mixer amplificador até as caixas de som passivas), destinado às Salas 1,2,3,4,5,6 e 7; e
- **Conector P10 macho** (terminal para conexão mixer amplificador para caixas de som), destinado às Salas 1,2,3,4,5,6 e 7.

#### **6.1.4.5. Implantação dos sistemas**

A instalação dos equipamentos deverá ser realizada pelo técnico de suporte terceirizado atualmente lotado na Esmarn, o qual ficará responsável pela execução dos serviços de infraestrutura elétrica, passagem e fixação de cabos, instalação física do projetor, mixer amplificador e caixas de som, observando as orientações técnicas e as especificações do fabricante.

Após a conclusão da instalação física, será realizada a etapa de ajuste e calibração do sistema de áudio e vídeo, a cargo do técnico de som do próprio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN), que efetuará os testes de funcionamento, balanceamento, equalização e integração entre os equipamentos, assegurando a qualidade do som e da imagem e o pleno desempenho do conjunto instalado.



Essa divisão de responsabilidades visa otimizar os recursos institucionais, garantindo que a instalação ocorra de forma segura, técnica e economicamente eficiente, com a participação dos profissionais já vinculados às unidades do Tribunal. A solução aproveita recursos humanos disponíveis na instituição, reduzindo custos e prazos de execução, além de assegurar maior controle técnico, integração com os sistemas existentes e continuidade operacional, em conformidade com os princípios da economicidade e da eficiência da administração pública.

Adicionalmente, destaca-se que a inclusão do serviço de instalação como item no processo licitatório poderia restringir a competitividade entre fornecedores, uma vez que nem todas as empresas especializadas na comercialização de equipamentos de áudio e vídeo possuem equipe técnica habilitada para execução local da instalação.

Tal cenário dificulta a ampla participação de fornecedores, além de tornar complexa a vinculação contratual entre o fornecimento dos equipamentos e a execução da instalação. Dessa forma, a execução direta por equipe própria e apoio técnico do TJRN mostra-se a alternativa mais eficiente, econômica e operacionalmente viável.

## 6.2. Dos equipamentos:

Item	Descrição	Local para instalação
1.	Projektor de multimídia	Salas de aula 1,2,3,4,6 e 7
2.	Suporte universal para projetor multimídia	Salas de aula 1,2,3,4,6 e 7
3.	Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 3,5 m (diagonal ≈158")	Sala 4
4.	Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 2,5 m (diagonal ≈120")	Salas 1, 2, 3, 6 e 7
5.	Lousa interativa com no mínimo 98" Sala 5 – Potilab	Sala 5 - Potilab
6.	Lousa interativa com no mínimo 75"	Sala de Reunião Bloco Administrativo e Sala de Reunião Bloco Pedagógico
7.	Suporte fixo para lousa interativa de 98"	Sala 5 - Potilab
8.	Suporte móvel para lousa interativa de 75"	Sala de Reunião Bloco Administrativo e Sala de Reunião Bloco Pedagógico

9.	Mixer-amplificado com potência de saída equivalente a 400 W RMS	Salas de aula 1,2,3,4,5,6 e 7
10.	Caixa de som passiva de 50 W RMS	Salas de aula 1,2,3,4,5,6 e 7
11.	Suporte de parede para caixas de som	Salas de aula 1,2,3,4,5,6 e 7
12.	Microfone de lapela cardioide	Esmarn
13.	Microfone auricular (headset) cardioide	Esmarn
14.	Equipamento de vídeo conferência:	Sala de Reunião Bloco Administrativo, Sala de Reunião Bloco Pedagógico, e Sala 5 – Potilab.
15.	Cabo HDM. Cada cabo com no mínimo 10 metros.	Salas 1, 2, 3, 5, 6 e 7
16.	Cabo HDMI. Cada cabo com no mínimo 15 metros.	Sala 4
17.	Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 3,00 metros de comprimento	Salas 1, 2, 3, 5, 6 e 7
18.	Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 4,00 metros de comprimento	Sala 4
19.	Cabo paralelo de áudio blindado 2 x 1 mm	Salas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7
20.	Conector P10 macho.	Salas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7

## 7. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

*(§ 1º, inciso IV, do artigo 18º da Lei nº 14.133/2021)*

As quantidades apresentadas foram estimadas com base nas necessidades específicas da Esmarn, levando em consideração as características físicas e funcionais dos ambientes onde os sistemas serão instalados. Para essa definição, observaram-se fatores como dimensões das salas, materiais de acabamento (que influenciam na propagação sonora e na fixação de equipamentos) e o nível de ruído ambiente, de modo a assegurar adequada cobertura de som e imagem, conforto acústico e eficiência operacional.

Essa estimativa busca compatibilizar qualidade técnica, desempenho e economicidade, garantindo que o quantitativo proposto seja suficiente para atender às demandas pedagógicas, administrativas e institucionais da Escola.

Assim sendo, temos:

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade prevista</b>
1.	Projektor de multimídia	6 (seis) unidades
2.	Suporte universal para projetor multimídia	6 (seis) unidades
3.	Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 3,5 m (diagonal ≈158")	1 (uma) unidade
4.	Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 2,5 m (diagonal ≈120")	5 (cinco) unidades
5.	Lousa interativa com no mínimo 98" Sala 5 – Potilab	1 (uma) unidade
6.	Lousa interativa com no mínimo 75"	2 (duas) unidades
7.	Suporte fixo para lousa interativa de 98"	1 (uma) unidade
8.	Suporte móvel para lousa interativa de 75"	2 (duas) unidades
9.	Mixer-amplificado com potência de saída equivalente a 400 W RMS	7 (sete) unidades
10.	Caixa de som passiva de 50 W RMS	*32 (trinta e duas) unidades
11.	Suporte de parede para caixas de som	*32 (trinta e duas) unidades
12.	Microfone de lapela	4 (quatro) unidades
13.	Microfone auricular (headset)	4 (quatro) unidades
14.	Equipamento de vídeo conferência	3 (três) unidades
15.	Cabo HDM. Cada cabo com no mínimo 10 metros.	** 6 (seis) cabos
16.	Cabo HDMI. Cada cabo com no mínimo 15 metros.	** 1 (um) cabo
17.	Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 3,00 metros de comprimento	** 6 (seis) cabos
18.	Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 4,00 metros de comprimento	**1 (um) cabo
19.	Cabo paralelo de áudio blindado 2 x 1 mm, rolo com 100 metros	**4 (quatro) rolos
20.	Conector P10 macho.	*** 60 (sessenta) unidades

\*Considerando as dimensões médias das salas de aula, bem como a necessidade de proporcionar distribuição uniforme do som e inteligibilidade da fala em todos os pontos do ambiente, sugere-se a instalação de quatro (4) caixas de som por sala. Para a Sala 4, em razão de suas dimensões superiores às demais e do maior número de ocupantes, recomenda-se a instalação de oito (8) caixas de som.

\*\*A quantidade estimada de cabos foi definida considerando o layout de cada sala e a distribuição das caixas de som, de forma a assegurar a correta interligação entre todos os componentes do sistema. O cálculo levou em conta o posicionamento do projetor, o ponto de instalação do mixer-amplificador e a localização do computador de controle, de modo que os comprimentos previstos sejam suficientes para a passagem dos cabos, sem emendas que comprometam a qualidade do sinal.

\*\*\*O quantitativo estimado de 60 conectores tipo P10 macho decorre da necessidade de interligação das caixas de som ao mixer amplificador em todas as salas de aula. Considerou-se a instalação de quatro caixas de som em seis salas (Salas 1,2,3,5,6 e 7) e oito caixas na Sala 4, em razão de suas dimensões ampliadas, sendo necessários dois conectores por caixa.

## 8. DO LEVANTAMENTO DE MECARDO

*(§ 1º, inciso V, do artigo 18º da Lei nº 14.133/2021)*

8.1. Com o objetivo de subsidiar a análise técnica e financeira deste procedimento, foi realizado levantamento de mercado junto a contratações similares e fornecedores do ramo, de modo a ampliar o conhecimento sobre as particularidades e valores praticados na aquisição dos equipamentos objeto deste estudo.

8.2. Esse levantamento tem por finalidade obter dados comparativos que contribuam para uma avaliação mais precisa dos custos, assegurando maior embasamento técnico e econômico ao processo e permitindo uma tomada de decisão mais assertiva, eficiente e alinhada às condições reais de mercado.

### 8.3. Metodologia aplicada no levantamento de mercado

8.3.1. O levantamento de preços foi realizado mediante coleta de informações em diversas fontes, com o intuito de assegurar abrangência e fidedignidade dos dados utilizados na estimativa de custo, contemplando os seguintes procedimentos:

- a) **Consulta a portais de compras públicas:** valores praticados em contratações públicas vigentes (atas de registro de preços e pregões), devidamente registrados em fontes oficiais como o PNCP, Compras.gov.br, portais estaduais e municipais de compras e outros sistemas públicos de registro.

- b) **Pesquisas em plataformas especializadas:** pesquisas junto ao mercado privado, por meio de consultas a fornecedores e catálogos técnicos, conforme autorizado pela Lei nº 14.133/2021, que em seu art. 18, inciso VIII.

#### 8.4. Resultados obtidos no levantamento de mercado:

Item	Descrição	*Valor médio Contratação Pública	*Valor Médio Sítios eletrônicos	*Valor médio Cont. Pub./Sítios Elet.
1.	Projektor de multimídia	R\$ 12.583,33	R\$ 12.437,67	R\$ 12.510,50
2.	Suporte universal para projetor multimídia	R\$ 218,89	R\$ 178,27	R\$ 198,58
3.	Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 3,5 m (diagonal ≈158")	R\$ 5.340,00	R\$ 8.288,21	R\$ 6.814,11
4.	Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 2,5 m (diagonal ≈120")	R\$ 2.926,67	R\$ 3.123,94	R\$ 3.025,31
5.	Lousa interativa com no mínimo 98" Sala 5 – Potilab	R\$ 65.250,00	R\$ 47.802,51	R\$ 56.526,26
6.	Lousa interativa com no mínimo 75"	R\$ 16.914,33	R\$ 16.571,89	R\$ 16.743,11
7.	Suporte fixo para lousa interativa de 98"	R\$ 359,05	R\$ 350,00	R\$ 354,52
8.	Suporte móvel para lousa interativa de 75"	R\$ 1.240,14	R\$ 1.604,98	R\$ 1.422,56
9.	Mixer-amplificado com potência de saída equivalente a 400 W RMS	R\$ 1.143,43	R\$ 1.197,07	R\$ 1.170,25
10.	Caixa de som passiva de 50 W RMS	R\$ 320,39	R\$ 353,07	R\$ 336,73
11.	Suporte de parede para caixas de som	R\$ 77,75	R\$ 99,00	R\$ 88,38
12.	Microfone de lapela	R\$ 735,97	R\$ 576,40	R\$ 656,18

13.	Microfone auricular (headset)	R\$ 444,50	R\$ 459,37	R\$ 451,94
14.	Equipamento de vídeo conferência	R\$ 12.566,66	R\$ 14.371,65	R\$ 13.469,15
15.	Cabo HDM. Cada cabo com no mínimo 10 metros.	R\$ 65,84	R\$ 59,66	R\$ 62,75
16.	Cabo HDMI. Cada cabo com no mínimo 15 metros.	R\$ 115,77	R\$ 84,16	R\$ 99,97
17.	Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 3,00 metros de comprimento	R\$ 59,27	R\$ 61,60	R\$ 60,43
18.	Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 4,00 metros de comprimento	R\$ 44,47	R\$ 69,00	R\$ 56,73
19.	Cabo paralelo de áudio blindado 2 x 1 mm, rolo com 100 metros	R\$ 275,90	R\$ 300,80	R\$ 288,35
20.	Conector P10 macho.	R\$ 18,16	R\$ 17,11	R\$ 17,64

\*Obs.: Valores **unitários** de cada equipamento.

### 8.5. Conclusão do levantamento de mercado

Finalizado o levantamento de mercado, constatou-se que as aquisições de equipamentos de multimídia, no âmbito das contratações públicas, são realizadas majoritariamente por meio de Pregão Eletrônico, modalidade que se destaca pela ampla competitividade, transparência e celeridade processual.

O levantamento possibilitou identificar práticas recorrentes de contratação, faixas médias de valores e especificações técnicas compatíveis com o objeto em estudo, fornecendo subsídios consistentes para a definição da estratégia de aquisição e da estimativa de custos, assegurando que as demandas da ESMARN sejam atendidas de forma tecnicamente adequada, juridicamente válida e economicamente justificada.

## 9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(§ 1º, inciso VI, do artigo 18º da Lei nº 14.133/2021)

**9.1.** Com base no levantamento de mercado (Item 8.) e na quantidade a ser contratada (Item 7.), estimamos que o valor total da pretensa contratação corresponda a **R\$ R\$ 254.128,13 (duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e vinte e oito reais e treze centavos).**

**9.2.** Os valores pesquisados apresentaram variação compatível com a realidade de mercado. Para a estimativa de custo, foi adotada a média simples entre preços obtidos em Atas de Registro de Preços e em sítios eletrônicos de fornecedores especializados, resultando em um valor médio que reflete base realista e equilibrada, assegurando economicidade e aderência ao preço de mercado.

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor médio unitário</b>	<b>Valor total (item)</b>
1.	Projektor de multimídia	6 unid.	R\$ 12.510,50	R\$ 75.063,00
2.	Suporte universal para projektor multimídia	6 unid.	R\$ 198,58	R\$ 1.191,47
3.	Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 3,5 m (diagonal ≈158")	1 unid.	R\$ 6.814,11	R\$ 6.814,11
4.	Tela de projeção retrátil com aproximadamente (16:9) com largura mínima de 2,5 m (diagonal ≈120")	5 unid.	R\$ 3.025,31	R\$ 15.126,53
5.	Lousa interativa com no mínimo 98" Sala 5 – Potilab	1 unid.	R\$ 56.526,26	R\$ 56.526,26
6.	Lousa interativa com no mínimo 75"	3 unid.	R\$ 16.743,11	R\$ 33.486,23
7.	Suporte fixo para lousa interativa de 98"	1 unid.	R\$ 354,52	R\$ 354,52
8.	Suporte móvel para lousa interativa de 75"	2 unid.	R\$ 1.422,56	R\$ 2.845,12
9.	Mixer-amplificado com potência de saída equivalente a 400 W RMS	7 unid.	R\$ 1.170,25	R\$ 1.170,25
10.	Caixa de som passiva de 50 W RMS	32 unid.	R\$ 336,73	R\$ 10.775,33



11.	Suporte de parede para caixas de som	32 unid.	R\$ 88,38	R\$ 2.828,00
12.	Microfone de lapela	4 unid.	R\$ 656,18	R\$ 2.624,72
13.	Microfone auricular (headset)	4 unid.	R\$ 451,94	R\$ 1.807,74
14.	Equipamento de vídeo conferência	3 unid.	R\$ 13.469,15	R\$ 40.407,46
15.	Cabo HDM. Cada cabo com no mínimo 10 metros.	6 unid.	R\$ 62,75	R\$ 376,50
16.	Cabo HDMI. Cada cabo com no mínimo 15 metros.	1 unid.	R\$ 99,97	R\$ 99,97
17.	Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 3,00 metros de comprimento	6 unid.	R\$ 60,43	R\$ 362,59
18.	Cabo de áudio P2 para P10 macho. Cada cabo com no mínimo 4,00 metros de comprimento	1 unid.	R\$ 56,73	R\$ 56,73
19.	Cabo paralelo de áudio blindado 2 x 1 mm, rolo com 100 metros	4 rolos	R\$ 288,35	R\$ 1.153,40
20.	Conector P10 macho.	60 unid.	R\$ 17,64	R\$ 1.058,20
<b>Valor total da contratação (estimado):</b>				<b>.....R\$ 254.128,13</b>

**9.3.** Ressaltamos que, posteriormente, a Pesquisa Mercadológica resultante de Termo de Referência correspondente, demonstrará mais precisamente os valores que balizarão esse procedimento licitatório.

## **10.DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

*(§ 1º, inciso III, do artigo 18º da Lei nº 14.133/2021)*

### **10.1. Documentos para Habilitação**

Além da comprovação de idoneidade e de pertencer ao ramo de atividade da aquisição pretendida, o fornecedor deve apresentar os documentos usuais e indispensáveis para qualquer tipo de contratação pública, habilitação jurídica, fiscal, regularidade trabalhista e previdenciária.

## 10.2. Condicionantes para Minimizar Impactos Ambientais

Considerando as diretrizes da Política Nacional de Eficiência Energética (Decreto nº 10.295/2020) e o disposto nos arts. 11 e 25 da Lei nº 14.133/2021, os equipamentos objeto desta contratação deverão possuir Selo Procel de Eficiência Energética – classificação “A”, quando houver produto equivalente disponível no mercado com essa certificação.

A exigência tem por finalidade reduzir o consumo de energia elétrica, promover sustentabilidade e otimizar os custos operacionais da instituição, sem prejuízo da ampla competitividade do certame.

## 11.DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

*(§ 1º, inciso VII, do artigo 18º da Lei nº 14.133/2021)*

- 11.1. Em observância aos princípios da economicidade, racionalidade e proporcionalidade, e considerando o resultado do levantamento de mercado constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP), a contratação dos equipamentos objeto deste documento deverá ser realizada por meio de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 11.2. A escolha dessa modalidade fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, tendo em vista tratar-se de **bens e serviços comuns**, cujas especificações podem ser objetivamente definidas, e por se mostrar a forma mais adequada para assegurar competitividade, transparência e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 11.3. O Pregão Eletrônico também se revela compatível com a complexidade do objeto, a quantidade de itens, as características técnicas dos equipamentos e o valor estimado da contratação, conforme verificado no levantamento de mercado.
- 11.4. Essa modalidade licitatória garante ampla publicidade, participação de um número maior de fornecedores e celeridade processual, atendendo aos princípios da isonomia, eficiência e economicidade previstos na legislação vigente.
- 11.5. Ressalta-se, ainda, que a modalidade Pregão Eletrônico encontra respaldo no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, no âmbito

da Administração Pública, reforçando a adoção dessa sistemática como meio preferencial para aquisição de bens e serviços comuns, por assegurar maior transparência, competitividade e controle nas contratações públicas.

## **12.DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

*(§ 1º, inciso VIII, do artigo 18º da Lei nº 14.133/2021)*

- 12.1. O objeto em estudo é composto por equipamentos e acessórios de natureza complementar, porém tecnicamente independentes entre si.
- 12.2. Considerando as características do objeto e com base no levantamento de mercado, verificou-se que tais equipamentos são comercializados por empresas especializadas em segmentos distintos, o que recomenda a adoção do parcelamento da solução, nos termos do art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, de forma a ampliar a competitividade e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 12.3. O parcelamento permite a participação de fornecedores com especialização específica em cada tipo de equipamento, evitando a concentração da contratação em um único fornecedor e promovendo maior economicidade, sem prejuízo da integração técnica entre os componentes do sistema.
- 12.4. Ressalta-se, por fim, que o parcelamento não comprometerá a padronização, a compatibilidade nem o desempenho integrado do sistema, uma vez que as especificações técnicas dos itens garantirão a interoperabilidade, segurança e uniformidade de instalação entre todos os equipamentos adquiridos.

## **13.DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

*(§ 1º, inciso IX, do artigo 18º da Lei nº 14.133/2021)*

- 13.1. Além dos aspectos técnicos e econômicos que fundamentam a presente proposta, a aquisição dos equipamentos e soluções tecnológicas, visa alcançar resultados institucionais significativos, diretamente relacionados à melhoria da infraestrutura de apoio às atividades pedagógicas e administrativas da Esmarn.
- 13.2. Com a ampliação e modernização dos recursos disponíveis, espera-se otimizar o desempenho das rotinas de trabalho e das ações formativas, contribuindo para:

- a) Elevar o índice de satisfação dos servidores da Justiça, propiciando melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, reflexos positivos na qualidade da prestação jurisdicional oferecida à sociedade; e
- b) Aumentar a qualidade e a eficiência dos serviços realizados e oferecidos pelo Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, fortalecendo o compromisso institucional com a inovação, modernização e excelência na gestão pública.

**13.3.** Esses resultados estão alinhados aos objetivos estratégicos da ESMARN e do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, que buscam aprimorar continuamente os meios de suporte tecnológico e a efetividade das ações voltadas à formação e ao aperfeiçoamento da magistratura e dos servidores do Judiciário.

**13.4.** Por fim, a iniciativa reforça o atendimento aos princípios da eficiência, da economicidade e da melhoria contínua da Administração Pública, previstos na Lei nº 14.133/2021, promovendo o uso racional dos recursos públicos e a maximização dos benefícios institucionais e sociais decorrentes da contratação.

#### **14.DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

*(§ 1º, inciso X, do artigo 18º da Lei nº 14.133/2021)*

**14.1.** Não se identificam providências prévias a serem adotadas pela Administração que guardem relação direta com a presente contratação, tendo em vista que a ESMARN já dispõe de infraestrutura técnica e de pessoal qualificado para o recebimento, conferência e instalação inicial dos equipamentos objeto da aquisição.

#### **15.DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

*(§ 1º, inciso XI, do artigo 18º da Lei nº 14.133/2021)*

**15.1.** Não se verifica necessidade de contratação complementar que mantenha relação direta com a presente aquisição, uma vez que o objeto é autônomo e suficiente em si mesmo para atender às finalidades propostas.

#### **16.DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

*(§ 1º, inciso XII, do artigo 18º da Lei nº 14.133/2021)*

**16.1.** A aquisição dos equipamentos eletrônicos, embora necessária à modernização tecnológica da ESMARN, pode gerar potenciais impactos ambientais, como o aumento do consumo de energia elétrica, a geração de resíduos eletrônicos ao final da vida útil dos produtos, o uso de

materiais não recicláveis em embalagens e as emissões indiretas associadas à produção e transporte desses equipamentos.

- 16.2. Com o intuito de mitigar tais impactos, serão adotados critérios de sustentabilidade ambiental nos termos do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte (PLS-PJRN), priorizando equipamentos com certificações de eficiência energética, como o Selo Procel A e/ou ENERGY STAR®, quando disponível para a categoria do produto, além de fornecedores que adotem boas práticas ambientais, incluindo o uso de materiais recicláveis, políticas de logística reversa e redução do consumo de recursos naturais, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 17. DO GERENCIAMENTO DE RISCOS

---

- 17.1. Para que o gerenciamento de riscos seja efetivo é necessário executar as seguintes atividades:

- 17.1.1. Identificar os riscos, agrupando-os em função dos processos afetados;
- 17.1.2. Realizar análise qualitativa dos riscos identificados;
- 17.1.3. Definir a resposta ao risco.

17.2. **Da identificação dos principais riscos que possam comprometer o sucesso dos processos de contratação, gestão e operação contratual.**

Das análises realizadas pela equipe de planejamento, foram identificados os seguintes riscos ao presente processo de contratação:

17.2.1. Principais riscos que comprometem o processo de contratação:

- a) Ausência de recurso orçamentário/financeiro;
- b) Ausência de licitantes;
- c) Fracasso da pesquisa mercadológica;
- d) Não cumprimento por parte do fornecedor dos preços registrados em ata.

17.2.2. Principais riscos que possam comprometer o sucesso do processo de operação contratual:

- a) Não execução das atividades a cargo da Contratada;
- b) Não execução das atividades a cargo do Contratante na forma e nos prazos estabelecidos.

### 17.2.3. Da análise qualitativa dos riscos identificados.

A análise qualitativa dos riscos identificados será realizada à luz das condições vigentes e dos recursos atualmente disponíveis, através de:

a) Identificação da **PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA**, classificando-as como:

- **ALTA:** Quando houver forte expectativa de sua ocorrência;
- **MÉDIA:** Quando a expectativa de sua ocorrência não for forte, mas que não possa ser desprezada;
- **BAIXA:** Quando não houver expectativa de sua ocorrência.

b) Identificação do **IMPACTO** (Dano Potencial) esperado, no caso de ocorrência, classificando-o como:

- **ALTO:** Quando a ocorrência do risco inviabilizar a realização do processo;
- **MÉDIO:** Quando a ocorrência do risco, embora não inviabilize a realização do processo, cause atrasos significativos ou dificulte sua execução;
- **BAIXO:** Quando a ocorrência cause atrasos ou dificuldades pouco significativas à realização do processo.

### 17.3. Da resposta ao risco.

17.3.1. Da literatura que melhor trata da matéria, conclui-se que a resposta aos riscos pode balizar-se numa das seguintes estratégias:

- **MITIGAR:** Adotar soluções que visem diminuir a probabilidade de ocorrência e/ou busque minimizar o impacto do risco;
- **TRANSFERIR:** A responsabilidade do risco para um terceiro, através da contratação de um seguro ou, quando possível, no estabelecimento de multas/garantias para o fornecedor do produto ou serviço;
- **ELIMINAR:** Adotar soluções que visem eliminar totalmente a possibilidade de ocorrência do risco. Como o risco é inerente à execução de qualquer atividade, a adoção dessa resposta normalmente resulta na eliminação da atividade e, conseqüentemente, na diminuição do escopo. Por esse motivo essa resposta, na prática, quase nunca é adotada.
- **ACEITAR:** Não tratar o risco. A aceitação ocorre quando os custos associados à adoção de ações que visem mitigar, transferir ou eliminar os riscos

não se justifiquem frente à baixa possibilidade de ocorrência ou ao baixo impacto associado.

#### 17.4. Da análise.

**17.4.1.** À luz das condições vigentes e dos recursos atualmente disponíveis, a equipe de planejamento da contratação decidiu por **MITIGAR** os principais riscos identificados, na forma apresentada abaixo:

Código	Processo	Identificação do Risco	Probabilidade de ocorrência	Impacto (Dano potencial)	Resposta ao risco (Estratégia de mitigação)	Responsável pela execução da ação
C1	<b>Contratação</b>	Fracasso da pesquisa mercadológica.	Média	Alto	Dar máxima publicidade ao TERMO DE REFERÊNCIA, inclusive com envio, via e-mail, aos potenciais fornecedores conhecidos.	Seção de Recursos Materiais – SERM/ESMARN
C2		Ausência de recurso orçamentário/financeiro.	Baixa	Alto	Garantir no Orçamento de 2026, unidade 04.301 ESMARN, a disponibilização dos recursos previstos.	Direção da ESMARN
C3		Ausência de licitantes.	Baixa	Alto	Dar máxima publicidade ao EDITAL, inclusive com envio, via e-mail, aos potenciais fornecedores conhecidos.	Seção de Licitação e Contratos e Convênios SELC/ESMARN
C4		Não cumprimento por parte do fornecedor dos preços registrados em ata.	Média	Alto	Realizar e acompanhar pedido de reequilíbrio dos valores registrados em ata.	Fornecedor e Administração.
G1	<b>Gestão Contratual</b>	Ausência de profissionais capacitados para exercer os papéis de gestor e fiscais de eventuais contratos firmados.	Baixa	Alto	Garantir a capacitação dos servidores que atuam na fiscalização do contrato.	Seção de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores



O1	Operação Contratual	Não execução das atividades a cargo da Contratada na forma e nos prazos estabelecidos.	Baixa	Médio	Aplicar todos os instrumentos disponibilizados pelos Dispositivos Legais.	Gestor do Contrato e Fiscal Técnico do Contratante.
O2		Não execução das atividades a cargo da Contratante na forma e nos prazos estabelecidos	Baixa	Alto	Garantir que as atividades a cargo da Contratante sejam executadas na forma e nos prazos estabelecidos.	Gestor do Contrato e Fiscal Técnico da Contratante.

## **18. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Considerando o estudo técnico apresentado e a base legal estabelecida pela Lei nº 14.133/2021, esta Equipe de Planejamento conclui pela **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** de empresa fornecedora dos materiais e equipamentos descritos neste Estudo Técnico Preliminar, a ser realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO**, adotando-se o critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e competitividade que regem as contratações públicas.

Emitido em 07/11/2025

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) Nº 889/2025 - EM-DIA (11.02.06.02)**  
**(Nº do Documento: 3)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 10/11/2025 09:26 )*

**CRISTINA LEANDRO AZEVEDO SILVA**

*COORDENADOR EXECUTIVO - TITULAR*

*CHEFE DE UNIDADE*

*EM-CEX (11.02.06)*

*Matrícula: 1510878*

*(Assinado digitalmente em 10/11/2025 08:00 )*

**KARLA CRISTIANE DA SILVEIRA CORREA**

**CHAFFIN VIEIRA**

*ANALISTA JUDICIÁRIO - SEM ESPECIALIDADE*

*EM-SERM (11.02.06.02.03)*

*Matrícula: 1974831*

*(Assinado digitalmente em 07/11/2025 14:31 )*

**DENISE FERREIRA QUEIROZ DE MELO**

*CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRATIVA - ESMARN - TITULAR*

*CHEFE DE UNIDADE*

*EM-DIA (11.02.06.02)*

*Matrícula: 2046881*



Para verificar a autenticidade deste documento entre em  
<https://sigajus.tjrn.jus.br/documentos/> informando seu número: **3**, ano: **2025**, tipo: **ESTUDO**  
**TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**, data de emissão: **07/11/2025** e o código de verificação:  
**c53ad3d14e**

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE***Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

Sigajus nº 04301.000889/2025-89 – Esmarn.

Pregão Eletrônico nº 002/2026.

**ANEXO III DO EDITAL – VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS**

ITEM	Item - Código – Descrição	Unid	Quant	Vlr. Unit. Máximo (R\$)	Vlr. Total (R\$)
1	0024145 - PROJETOR DE MULTIMÍDIA	Und	6	17.947,78	107.686,68
2	0024146 - SUPORTE UNIVERSAL PARA PROJETOR MULTIMÍDIA	Und	6	148,72	892,32
3	0024147 - TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL COM APROXIMADAMENTE (16:9) COM LARGURA MÍNIMA DE 3,5 M (DIAGONAL ~158)	Und	1	8.296,20	8.296,20
4	0024148 - TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL COM APROXIMADAMENTE (16:9) COM LARGURA MÍNIMA DE 2,5 M (DIAGONAL ~120)	Und	5	5.350,82	26.754,10
5	0024149 - LOUSA/TELA INTERATIVA COM NO MÍNIMO 98"	Und	1	48.006,20	48.006,20
6	0024150 - LOUSA/TELA INTERATIVA COM NO MÍNIMO 75"	Und	2	17.030,94	34.061,88
7	0024151 - SUPORTE FIXO DE PAREDE PARA LOUSA INTERATIVA DE 98"	Und	1	5.481,20	5.481,20
8	0024152 - SUPORTE MÓVEL DE CHÃO/RODIZIO PARA LOUSA INTERATIVA DE 75"	Und	2	2.301,94	4.603,88
9	0024153 - MIXER-AMPLIFICADO COM POTÊNCIA DE SAÍDA EQUIVALENTE A 400 W RMS	Und	7	1.849,50	12.946,50
10	0024154 - CAIXA DE SOM PASSIVA DE 50 W RMS	Und	32	1.236,33	39.562,56
11	0024155 - SUPORTE DE PAREDE PARA CAIXAS DE SOM	Und	32	235,26	7.528,32
12	0024156 - KIT DE MICROFONE DE LAPELA CARDIOIDE	Und	4	4.545,47	18.181,88
13	0024157 - KIT DE MICROFONE AURICULAR (HEADSET) CARDIOIDE	Und	4	4.631,00	18.524,00
14	0024158 - EQUIPAMENTO DE VÍDEO CONFERÊNCIA	Und	3	21.670,60	65.011,80
15	0024159 - CABO HDMI. CADA CABO COM NO MÍNIMO 10 METROS.	Und	6	135,17	811,02
16	0024160 - CABO HDMI. CADA CABO COM NO MÍNIMO 15 METROS.	Und	1	221,05	221,05
17	0024161 - CABO DE ÁUDIO P2 PARA P10 MACHO. CADA CABO COM NO MÍNIMO 3,00 METROS DE COMPRIMENTO	Und	6	49,78	298,68
18	0024162 - CABO DE ÁUDIO P2 PARA P10 MACHO. CADA CABO COM NO MÍNIMO 4,00 METROS DE COMPRIMENTO	Und	1	75,74	75,74
19	0024163 - CABO PARALELO DE ÁUDIO BLINDADO 2 X 1 MM, ROLO COM 100 METROS	Rolo	4	418,50	1.674,00
20	0024164 - CONECTOR P10 MACHO	Und	60	19,67	1.180,20



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE**

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

Sigajus nº 04301.000889/2025-89 – Esmarn.

Pregão Eletrônico nº 002/2026.

**ANEXO IV DO EDITAL  
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS  
(em papel timbrado da empresa)**

Senhor(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) da Esmarn:

Manifestando nosso interesse em participar do referido certame, estamos apresentando, a esse Órgão Público, **PROPOSTA DE PREÇOS**, nos termos da planilha anexa, com vistas ao fornecimento de equipamentos de áudio, vídeo e multimídia, destinados à modernização dos espaços de ensino e administrativos da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (Esmarn).

Inicialmente, cabe-nos prestar as seguintes informações:

<b>Validade proposta:</b>	<b>da</b>	90 dias, a contar da data da Sessão de Abertura desse Pregão.				
<b>Razão social:</b>				<b>CNPJ/MF:</b>		
<b>Endereço:</b>						
<b>E-mail:</b>			<b>Fax:</b>		<b>Fone:</b>	
<b>Nome do estabelecimento bancário:</b>						
<b>Número da Agência:</b>			<b>Conta-Corrente:</b>			
<b>Responsável pela assinatura do contrato</b>						

Informamos, finalmente, que nos preços adiante ofertados já estão inclusos todos os custos decorrentes da operação de venda dos produtos, objeto desta licitação, tais como transporte, mão-de-obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação do cumprimento das obrigações decorrentes do presente Pregão.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

\_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura representante legal  
CPF nº \_\_\_\_\_/RG nº \_\_\_\_\_



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE**

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

Sigajus nº 04301.000889/2025-89 – Esmarn.  
Pregão Eletrônico nº 002/2026.

**ANEXO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

Item	Especificação	Unidade	Quant.	VI. Unit. R\$	Sub-Total R\$
1					
2					
3					
4					
5					
6					
VALOR TOTAL R\$					

\_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura representante legal  
CPF nº \_\_\_\_\_/RG nº \_\_\_\_\_

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE***Desembargador Manoel de Araújo Silva***SEÇÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS**

Sigajus nº 04301.000889/2025-89 – Esmarn.

**MINUTA**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_** – AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO, VÍDEO E MULTIMÍDIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE (ESMARN)** E A EMPRESA \_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA.

A **ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE DESEMBARGADOR MANOEL DE ARAÚJO SILVA (ESMARN)**, com sede na Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, nº 151, bairro de Candelária, CEP 59.065-555, Natal-RN, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 41.007.949/0001-09, neste ato representada por \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, na forma das competências delegadas por meio da Portaria nº \_\_\_\_\_ GD/Esmarn, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, neste ato representada \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominado **CONTRATADA**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, bem como as formalidades constantes do Sigajus nº 04301.000889/2025-89, referente a realização do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 - Esmarn, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.**

1.1. O objeto deste Contrato é a aquisição de materiais e equipamentos de áudio, vídeo e multimídia, destinados à modernização dos espaços de Ensino e administrativos, da, da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (Esmarn), em conformidade com as especificações, quantidades e características contidas no Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III, na Proposta Comercial da CONTRATADA, apresentada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026, e na forma discriminada a seguir:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID	QUANT	VL UNIT R\$	SUB-TT R\$
TOTAL R\$					

1.2. É terminantemente vedada a alteração do objeto deste Contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL.**

2.1. Importa o presente Contrato no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), apurado com base na Proposta Comercial apresentada pela CONTRATADA em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, no âmbito do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 - Esmarn.

2.2. Nos preços acima, já estão inclusos todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato, inclusive impostos, taxas, seguros, carregue e descarrego.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL** (Art. 92, IV, VII e XVIII da Lei nº 14.133, de 2021).

3.1. O modelo de gestão do Contrato está especificado no item 8 do Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III, parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** (Art. 92, VIII da Lei nº 14.133/2021).

4.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado do Rio Grande do Norte, conforme descrito abaixo:

**CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Unidade Orçamentária: 04.301 – Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte;

Função: \_\_\_\_\_; Sub-Função: \_\_\_\_\_;

Programa: \_\_\_\_\_; Ação: \_\_\_\_\_;

Natureza: \_\_\_\_\_; Subelemento: \_\_\_\_\_;

Fonte: \_\_\_\_\_; Região: \_\_\_\_\_; R\$ \_\_\_\_\_.

4.2. Para acobertar as despesas decorrentes do presente Contrato foi(ram) emitida(s) a(a) Nota(a) de Empenho nº(s) \_\_\_\_\_, datada(s) de \_\_\_\_\_.

4.3. Para fins de emissão do(s) empenho(s), a CONTRATADA deverá manter as condições da habilitação, cuja confirmação será feita por meio de consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (Sicaf) ou através da *internet*, nos respectivos sítios eletrônicos dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE***Desembargador Manoel de Araújo Silva***SEÇÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS**

4.4. Eventuais despesas decorrentes da execução do objeto contratado, com fatos geradores em exercícios fiscais futuros, serão empenhadas em épocas próprias e a conta dos respectivos orçamentos, os quais poderão ser registrados por meio de simples apostila, a teor da disposição inserta no Art. 136, caput, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.**

5.1. O local, prazos e condições de entrega e recebimento dos serviços são os definidos no item 7 do Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III, parte integrante deste Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO (Arts. 92, XIX, e 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021).**

6.1. O prazo de duração deste CONTRATO é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, observada a vigência máxima decenal.

6.2. A prorrogação de que trata o item 6.1, desta Cláusula, é condicionada a comprovação, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos à CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA, bem como, a comprovação, no início de cada exercício fiscal, da existência de créditos orçamentários suficientes à cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto contratado.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (Art. 141 da Lei 14.133, de 2021).**

7.1. As condições de pagamento são as estabelecidas no item 9 do Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III, parte integrante deste Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

8.1. Sem prejuízo das disposições previstas em Lei, as responsabilidades da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as elencadas no item 6 do Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III, parte integrante deste Contrato.

**CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DO CONTRATO (Art. 92 §3º da Lei nº 14.133, de 2021).**

9.1. Os valores inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado, nos termos do Art. 92 § 3º da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir do último reajuste aplicado.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.7. O reajuste será demandado pelo Fiscal Administrativo do Contrato e encaminhado à Seção de Orçamento e Finanças (Seof), para validação dos valores atualizados que embasarão o termo de apostilamento, conforme disposto no Art. 17 inciso XII da Portaria nº 1.590 - TJRN, de 22 de dezembro de 2023.

9.8. Os efeitos financeiros retroagem a data de aquisição do direito, nos termos do item 14.1., desta Cláusula.

9.9. O reajuste será aperfeiçoado por meio de simples apostila, conforme Art. 136 caput da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

10.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136, caput da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Com base na Lei nº 14.133, de 2021, comete infração administrativa, além das penalidades inseridas no item 8.5., do Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III, a CONTRATADA que:



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE**

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

**SEÇÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS**

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e
- h) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, no caso de incorrer nas infrações citadas no item 11.1., desta Cláusula, observado o devido processo legal e a ampla defesa, as sanções previstas no subitem 8.5.2., do Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III, parte integrante deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. A fiscalização deste Contrato far-se-á na forma definida no 8.4., do Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III, o qual integra este instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

13.1. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no Art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. À hipótese de extinção, aplicam-se Arts. 138 e 139 do mesmo diploma legal.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser realizado termo aditivo para formalizar a alteração.

13.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- a) Relação dos eventos contratuais já adimplidos ou parcialmente adimplidos;
- b) Relação dos pagamentos eventualmente efetuados e ainda devidos; e
- c) Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131 caput da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos de processo próprio, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

13.5. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do Contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados, nos termos do Art. 139 inciso IV da Lei nº 14.133, de 2021.

13.6. A não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA dará ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO E DA VINCULAÇÃO**

15.1. O presente instrumento funda-se na Lei nº 14.133, de 2021, observada sua redação atual, e vinculando-se a este Contrato, independentemente de transcrição, o Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III, Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026 e a Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA em \_\_\_\_\_, além de outros documentos empregados na instrução da matéria, todos carreados aos autos do Sigajus nº 04301.000889/2025-89.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CONFIDENCIALIDADE**

15.1. CONTRATANTE e CONTRATADA se obrigam a não revelar ou divulgar a terceiros e nem tampouco utilizar, de modo algum, direta ou indiretamente, em proveito próprio ou de outros, qualquer informação confidencial da outra parte de que venham a tomar conhecimento, em razão das atividades pactuadas neste instrumento.

15.2. As estipulações e obrigações previstas no item 15.1, desta Cláusula, não serão aplicadas a nenhuma informação que:

- a) Seja comprovadamente de domínio público, quando da assinatura deste Contrato;
- b) Já seja conhecida antes da assinatura deste Contrato, desde que as partes possuam efetivo conhecimento de que tais informações não se encontram sujeitas a qualquer obrigação legal ou contratual de confidencialidade;
- c) Tenha sido comprovada e legitimamente recebida de terceiros, estranhos ao presente instrumento; e

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE***Desembargador Manoel de Araújo Silva***SEÇÃO DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS**

d) Seja revelada em razão de requisição judicial ou outra determinação governamental válida, somente até a extensão de tais ordens, desde que a CONTRATADA cumpra qualquer medida de proteção pertinente e tenha notificado a existência de tal ordem, previamente e por escrito, à CONTRATANTE, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear as medidas de proteção que julgar convenientes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

16.1. A CONTRATADA e seus funcionários/empregados obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre a Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE, regulamentado pela Resolução nº 38 – TJ, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico (DJe), edição de 14 de outubro de 2021, republicação em 10 de novembro de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ASSINATURA E PUBLICAÇÃO**

17.1. Em conformidade com o disposto na Portaria nº 1.526 - TJRN, de 21 de dezembro de 2018, este Contrato poderá ser assinado digitalmente, por meio do uso de Certificado Digital, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

17.1.1. Ainda que efetuada fora dos padrões ICP-Brasil, as partes reconhecem a assinatura deste Contrato por meio eletrônico ou digital como válida e eficaz, nos termos do Art. 10, §2º da Medida Provisória nº 2.002-2, de 24 de agosto de 2001.

17.2. Fica ajustado que será considerada como data de assinatura deste Contrato, aquela em que o representante da CONTRATANTE assinar o documento.

17.3. A publicação deste Contrato, e de seus aditamentos, no PNCP é condição indispensável para sua eficácia e será providenciada pela CONTRATANTE, na forma do disposto nos Arts. 94 *caput* e 174 §2º inciso V da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

18.1. Da aplicação das sanções administrativas previstas na Cláusula Décima Primeira deste Contrato, e no subitem 8.5.2., do Termo de Referência nº 889/2025 – Versão III, caberão, conforme o caso, a apresentação de defesa e recursos, nos termos dos Arts. 157, 158, 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

19.1. Fica estabelecido que, na ocorrência de algum fato não previsto neste Contrato e anexos, a solução caberá às partes, respeitados o seu objeto, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 14.133, de 2021, aplicando-lhe, se for o caso, supletivamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), os princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado, bem como outras normas aplicáveis à espécie.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

20.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Natal-RN, para dirimir quaisquer questões jurídicas porventura suscitadas em decorrência deste instrumento, que não puderem ser solucionadas por consenso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.2. E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o assinam.

Natal-RN, \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Contratante

\_\_\_\_\_  
Contratada

**Testemunhas:**

Nome:  
CPF nº

Nome:  
CPF nº



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE**

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

Sigajus nº 04301.000889/2025-89 – Esmarn.

Pregão Eletrônico nº 002/2026.

**ANEXO VI - DO EDITAL**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ANTINEPOSTIMO (PESSOA JURÍDICA)**  
(em papel timbrado da empresa)

A \_\_\_\_\_ (CNPJ nº \_\_\_\_\_), estabelecida a \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_), na qualidade de participante do certame em epígrafe e em razão do disposto no Art. 2º, inciso V, da Resolução nº 07/2005 – CNJ, por intermédio do(a) seu(ua) representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, DECLARA que a empresa/sociedade NÃO POSSUI sócio que seja cônjuge ou parente em linha reta ou colateral, inclusive até o terceiro grau, dos respectivos membros e juízes, ou de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento na Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte (Esmarn).

Na qualidade de \_\_\_\_\_ da declarante, responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito(a) às penas previstas no Art. 299 do Código Penal Brasileiro.

Declaro, ainda, que deverei comunicar de imediato, a ocorrência de fatos futuros que possam alterar a situação objeto da presente declaração.

Esta declaração tem validade de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua expedição.

\_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura representante legal  
CPF nº \_\_\_\_\_/RG nº \_\_\_\_\_



## ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE

*Desembargador Manoel de Araújo Silva*

Seção de Licitação, Contratos e Convênios

Sigajus nº 04301.000889/2025-89 – Esmarn.

Pregão Eletrônico nº 002/2026.

### **ANEXO VII DO EDITAL** **MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI Nº 12.846/2013** (em papel timbrado da empresa)

DECLARO, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
  - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
  - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
  - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- e
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

\_\_\_\_\_  
Local/Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura representante legal  
CPF nº \_\_\_\_\_/RG nº \_\_\_\_\_

**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO RIO GRANDE DO NORTE***Desembargador Manoel de Araújo Silva*Seção de Licitação, Contratos e Convênios

---

Sigajus nº 04301.000889/2025-89 – Esmarn.

Pregão Eletrônico nº 002/2026.

**ANEXO VIII DO EDITAL**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA**  
**LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018**

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

4. Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do objeto do contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até vinte e quatro (24) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

---

Local/Data

---

Assinatura representante legal  
CPF nº \_\_\_\_\_/RG nº \_\_\_\_\_